



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2022

ATA NÚMERO VINTE E SEIS/DOIS MIL E VINTE E DOIS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - PROPOSTA Nº. 1018/22 - DPOC - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023 - ORÇAMENTO MUNICIPAL - MAPA E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2023**
- 3 - PROPOSTA Nº. 1019/22 - DPOC - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2022 A LIQUIDAR EM 2023**
- 4 - PROPOSTA Nº. 1020/22 - DPOC - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2023**
- 5 - PROPOSTA Nº. 1021/22 - DPOC - LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2022 A SER COBRADA EM 2023**
- 6 - PROPOSTA Nº. 1022/22 - DPOC - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)**
- 7 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
- 8 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2022----

----- ATA NÚMERO VINTE E SEIS/DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e dez minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

2 - PROPOSTA Nº. 1018/22 - DPOC - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023 - ORÇAMENTO MUNICIPAL - MAPA E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2023: -----

----- I - O **doutor Bruno Mouco** fez a apresentação em “PowerPoint”, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital, e disse o seguinte: -----

----- “Vou fazer uma breve apresentação do Orçamento e do PDE para dois mil e vinte e três.-----

-----Este ano o orçamento é maior que alguma vez tivemos no Município, são duzentos e quarenta e quatro milhões novecentos e vinte mil euros. -----

-----Para a construção deste orçamento, nós tivemos em conta todos os encargos e dívida, os encargos financeiros com os encargos com pessoal e os compromissos assumidos que nos retiraram logo setenta e oito vírgula três por cento do orçamento, tendo na segunda parte das obrigações fiscais, as despesas com funcionamento e atividade normal que vai até aos noventa e cinco por cento, deixando apenas para alguns novos projetos de investimento, quatro vírgula zero quatro por cento. -----

-----Eu chamo a atenção que estes novos projetos, são projetos que já estavam previstos em anos anteriores, só agora é que vão ter o impacto financeiro.-----

-----Relativamente à receita nos principais agregadores a receita que maior impacta são os impostos com cento e onze vírgula dois milhões, tem um acréscimo de nove vírgula oito por cento face a dois mil e vinte e dois. -----

-----As transferências de capital, ao abrigo da delegação de competências e também do PRR teve um aumento significativo com sessenta vírgula nove milhões que também com o aumento de dez vírgula sete milhões.-----

-----A seguir, temos as taxas e vendas de bens e serviços, que tem uma atualização de acordo com a proposta que irá seguir, da atualização das taxas no RPATOR, o que impacta também um aumento de trinta e sete por cento. Não tanto tão significativo face aos outros capítulos da receita, mas também tem um aumento de cerca de um milhão e meio/dois milhões de euros. --- -----

-----Relativamente aos ativos e passivos financeiros apenas de referir que é uma rubrica que não é habitual aparecer na receita aqui estão o empréstimo que vai entrar no próximo ano, como também uma aplicação financeira que foi aprovada na última reunião de Câmara em cinco milhões de euros. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Com menos importância, temos as outras receitas, rendimentos de propriedade e a venda de bens de investimento, que têm valores pouco significativos. -----

----- De referir que a independência financeira para este ano é prevista em sessenta e três por cento. Na medida em que e como estamos a contrair empréstimo e como estamos a receber verbas do PRR como transferências de capital, obviamente que a nossa independência financeira reduz por via destas obras, porque se não fizessemos essas obras, claro que a nossa independência financeira para o resto da despesa era muito superior. -----

----- Relativamente à despesa nos principais agregadores o Município continua com uma forte componente de investimento. Nós temos orçamentado investimento em oitenta e sete vírgula dois milhões de euros este ano, o que representam um aumento de dezoito vírgula nove por cento face ao ano anterior. -----

----- A aquisição de bens e serviços também está com a um aumento muito significativo, apresenta setenta vírgula cinco milhões de euros, corresponde a quinze por cento.-----

----- Aqui temos que mencionar que o aumento de preços generalizado está a impactar diretamente nesta despesa.-----

----- A despesa com o pessoal apresenta ali um acréscimo de quarenta e três por cento, ele é virtual, porque as despesas com o pessoal este ano como tem um valor previsto inicialmente superior ao que tem ocorrido em anos anteriores, aparece esta diferença, ou seja, o valor que temos que incorporar para o próximo ano apenas são cerca de onze milhões de euros.-----

----- Relativamente às transferências correntes e de capital também temos aqui um aumento significativo de cerca de vinte por cento, o que corresponde a um vírgula um dotação de cerca de vinte e nove milhões de euros.-----

----- Relativamente a juros e encargos financeiros aparece ainda pouco significativo, apesar de a taxa ter subido em quarenta e três vírgula nove por cento, mas, de facto, só aumentou quatrocentos mil euros que são os juros do empréstimo a contratar. -----

-----As outras despesas não são relevantes representam um vírgula oito milhões de euros.

-----Relativamente à distribuição de equilíbrio do orçamento a receita corrente é mais alta que já verificámos, está estimado em cento e noventa e um vírgula um milhões de euros e a receita de capital está prevista em cinquenta e três vírgula oito, nas receitas de capital já está aqui previsto o PRR, nas despesas correntes, temos uma previsão de cento e cinquenta e um vírgula três milhões de euros e despesas de capital no seu todo noventa e três vírgula seis milhões de euros. -----

-----Aqui está a demonstração que, de facto, estamos com um volume de investimento neste ano, significativo, no entanto, relativamente às regras de equilíbrio orçamental, nós estamos ainda com dezanove vírgula quatro por cento acima do limite mínimo, mesmo com a incorporação dos onze milhões de euros que faltam do pessoal, este rácio ficará nos treze por cento. -----

-----No que se refere à receita fiscal, de facto, de referir que o IMT é o imposto vencedor, temos a previsão de quarenta e quatro vírgula três milhões de euros, o que equivale a mais oito vírgula sete milhões de euros face ao ano anterior, no entanto, é estimado que esta cobrança para o ano seja ainda superior, porque este cálculo, resulta do que está previsto nas regras previsionais do POCAL, o que só nos permite fazer esta inscrição da receita. -----

-----Relativamente ao IMI, o IMI tem um aumento mais modesto, é mais estável, mas também é uma fatia muito importante com trinta e cinco vírgula três milhões de euros. -----

-----A Derrama e o IUC, que apesar das regras orçamentais só nos permitirem aqueles dois montantes dezoito vírgula cinco milhões de euros e treze vírgula um milhões de euros, provavelmente, vamos superar no próximo ano, porque estes dois indicadores têm tido uma trajetória crescente de cobrança de receita. -----

-----No que se refere aos eixos estratégicos, nós fizemos um pequeno exercício, embora exista um grupo de trabalho formado sob orientação do GIT para determinar e para trabalhar



Câmara Municipal
de Oeiras

sobre os objetivos estratégicos do desenvolvimento sustentável, as ODS local, nós fizemos aqui um pequeno exercício para começarmos a alinhar os nossos eixos estratégicos face às ODS, do qual nós colocámos sem prejuízo de ser corrigido posteriormente, como é óbvio, quais são os ODS que mais impactam em cadeia estratégica, no território inteligente e gestão sustentável com valor de cinquenta e dois milhões de euros, vamos impactar essencialmente as ODS das infraestruturas e da inovação, das cidades sustentáveis e do consumo sustentável. -----

----- Eu volto a referir que este trabalho no futuro pretende e seria desejável que nós consigamos saber quanto é que investimos em cada ODS e para isso nós temos que ir a um nível mais fundo, nós devíamos de ir à GOP, devíamos de ir mais fino, devíamos mesmo de ir à ação, indo à ação financeira conseguimos ter matéria para depois fazer análises mais profundas sobre as ODS.-----

----- Este é um primeiro passo e é um repto que deixo aos restantes dirigentes para se trabalhar mais neste assunto para tentarmos também ter uma informação mais apurada até para a nossa prestação de contas. -----

----- Relativamente ao ambiente, às alterações climáticas também é um dos eixos que maior impacto tem na despesa e no investimento público, o qual tem uma previsão de vinte e oito milhões.-----

----- Passando pela mobilidade urbana e sem poder deixar de dizer à habitação com o PRR, a execução do PRR vai-nos aqui impactar de forma significativa o ODS um que é da erradicação da pobreza, porque nós vamos apoiar os mais desfavorecidos.-----

----- Relativamente aos seguintes eixos estratégicos não tão significativos, eu vou dar nota apenas da educação e da ciência, que têm investimentos significativos, apesar de os valores das transferências de competências do Orçamento de Estado não suportam todas as despesas para a educação, o Município aposta na educação e investe, não só na despesa corrente, que tem que assumir, mas também no edificado escolar, tem apostado e está previsto também algumas obras

no próximo ano.-----

-----Relativamente, à cultura e à coesão e ao desporto também são outros dois eixos que têm tido grande aposta, na cultura na parte da requalificação do património histórico, na coesão social e no desporto no equipamento desportivo e nos apoios que são dados aos mais carenciados.-----

-----Relativamente ao mapa de pessoal, este ano temos uma previsão de cinquenta e quatro vírgula um milhões de euros, que cobra uma grande parte dos custos, sendo só necessário, como já referi anteriormente, injeção de cerca de onze milhões para o próximo ano.-----

-----No que se refere às funções, as nossas funções que têm mais impacto são, de facto, as funções gerais e as funções sociais, que têm grande parte da fatia do orçamento e, como podemos ver na última linha tem uma variação significativa face ao ano anterior, temos trinta e oito vírgula oito por cento nas funções gerais, eu vou já explicar a seguir o que é que impactou nesta variação e nas funções sociais, dezasseis vírgula quatro por cento, o que revela uma tendência crescente no investimento e na concretização de ações nesta matéria.-----

-----Nas funções gerais, a administração geral tem um aumento aqui significativo de quarenta e um vírgula seis por cento. -----

-----Os vinte e quatro vírgula quatro milhões de euros de PPI tem o impacto nesta caixa de despesa a ver com o Fórum Municipal, portanto, a previsão de despesa com o Fórum impactou nesta subida. -----

-----Nas atividades mais relevantes temos oitenta e um vírgula oito milhões de euros, que é bastante superior face ao ano anterior, devido à previsão da despesa com o pessoal ser também ela superior.-----

-----A Proteção Civil e a Polícia Municipal, apesar de ter pequenas reduções face ao ano anterior não deixa de fazer os seus investimentos, mas, como já tinham sido feitos investimentos em anos anteriores de equipamento não se tornam necessários este ano, portanto, não é uma



Câmara Municipal
de Oeiras

redução que seja muito significativa, apesar de percentualmente parecer, mas não são montantes significativos. -----

----- Relativamente às funções sociais, de facto, é uma grande fatia do orçamento. Com destaque aqui para o ensino não superior, como já tinha referido, temos três vírgula três milhões de euros em PPI, portanto, na requalificação do parque escolar, catorze vírgula seis por cento nas outras atividades mais relevantes, na despesa corrente com a educação, o que releva aqui uma forte aposta do Município de Oeiras na educação aos seus munícipes. -----

----- Relativamente à habitação também de referir como tal e a “Bolt” no PPI vinte e seis vírgula seis milhões de euros, é todo o apoio que está a ser dado à habitação social, portanto, com o programa do PRR, a execução do programa do PRR permite-nos aqui também ter um acréscimo de investimento. -----

----- Ordenamento de território, apesar de inferior, mas estamos ainda com algum investimento nas vias e nos equipamentos públicos, acabamos por ter também um investimento de nove vírgula três milhões de euros. -----

----- Nos resíduos sólidos e na proteção do meio ambiente de referir que são duas subfunções que acabam de ter relevância, porque o tratamento do lixo na Tratolixo e também a manutenção dos espaços verdes, bem como a higiene urbana, são recursos que são postos ao serviço dos munícipes. -----

----- Na cultura e no desporto, continuamos também aqui que o investimento no PPI, cerca de seis vírgula sete milhões de euros e quatro vírgula nove milhões de euros, que demonstram também que existe alguma preocupação nos equipamentos, tanto desportivos como culturais. ----

----- No que se refere às funções económicas, um menor destaque, quero só chamar atenção aos transportes rodoviários, em que temos também ali um investimento de seis vírgula quatro milhões de euros, que comporta a rede viária e outros equipamentos de transportes. -----

----- Nas outras funções, apesar das operações da dívida terem subido como eu já tinha

referido anteriormente, a única diferença face ao ano anterior é nas atividades mais relevantes, o aumento dos juros em cerca de quatrocentos mil euros, também não é materialmente relevante, sendo as transferências entre administrações, o valor idêntico ao que foi aprovado no ano passado, cerca de cinco vírgula quatro milhões de euros.-----

-----No que se refere às estatísticas orçamentais e tento como histórico, dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, a previsão da receita e da despesa para este ano situam-se em noventa e seis por cento na receita e setenta e oito por cento na despesa, embora que eu pessoalmente acho e considere que a receita vai chegar aos cem por cento se não ultrapassar, é minha convicção pela receita que está a entrar do IMT, ainda este mês de novembro e também no próximo mês, portanto, se não chegarmos aos cem por cento deveremos lá estar muito próximos ou então mesmo ultrapassar pontualmente. -----

-----A despesa está estimada em setenta e oito por cento. É equivalente ao histórico que o Município apresenta, o que nos originará um saldo de cerca dos quarenta milhões de euros com esta projeção, o que também nos demonstra uma tendência de estabilização do saldo de gerência.

-----O saldo de gerência, teve um pico até dois mil e dezanove começou a descer a partir de dois mil e dezanove, é expectável mantendo a atual política que haja uma estabilização entre os trinta e quarenta milhões de euros.-----

-----No que se refere aos recursos humanos. A evolução também tem sido de estabilização, houve, de facto, um aumento significativo em dois mil e dezanove/dois mil e vinte, mas daí para cá tem havido alguma estabilização do número de postos de trabalho.-----

-----Em dois mil e vinte e três estão previstos três mil cento e quarenta e quatro postos de trabalho, que não inclui também os postos cativos, nem os postos vagos. -----

-----No que se refere ao mapa de pessoal de referir que os postos de trabalho ocupados previstos para dois mil e vinte e três, são dois mil novecentos e vinte e seis em que cento e três postos estão cativos, são de pessoas que estão fora e que ainda não consolidaram as suas



Câmara Municipal
de Oeiras

situações noutros organismos e cerca de duzentos e dezoito postos estão vagos à presente data, o que dá um total três mil duzentos e quarenta e sete postos de trabalho. -----

----- De referir que os postos de trabalho que têm maior número de pessoas são as carreiras gerais, onde temos os técnicos superiores com um valor total de quinhentos e noventa e oito, os assistentes técnicos, quinhentos e treze e os assistentes operacionais mil setecentos e oitenta e seis, de facto, são estas três carreiras que mais impactam na estrutura pessoal do Município. -----

----- No que se refere aos contratos interadministrativos e também já decorrente da delegação de competência de transferência de competências do Governo Central para os Municípios, nós continuamos a ter um valor elevado de assistentes operacionais face também a anos anteriores, houve um crescimento, agora estamos numa estabilização, que nos prevê para o próximo ano seiscentos e quarenta e quatro assistentes operacionais e cento e vinte e quatro assistentes técnicos. -----

----- De referir que o rácio também é inferior com aos valores que estão previstos, porque, naqueles valores previstos estão também os contratos a termo, o que vai duplicar ali algumas situações e a crescer o número de postos de trabalho, embora que nos postos de trabalho, não há uma subida há até um pequeno decréscimo resultante da Portaria que regula o rácio do número de postos de trabalho. -----

----- No que se refere ao orçamento e já tinha referido, mas de referir outra vez, o ano passado começámos com um orçamento inicial nas despesas de pessoal trinta e sete vírgula sete milhões de euros e um orçamento final neste momento em sessenta vírgula quarenta milhões de euros, este ano, para dois mil e vinte e três, temos uma previsão francamente superior, iremos começar com cinquenta e quatro vírgula um milhões de euros face à dotação final prevista de sessenta e quatro vírgula nove. -----

----- Há ali, então uma diferença de dez vírgula nove milhões de euros. -----

-----No que se refere então às previsões de referir ainda que as previsões de despesas de pessoal contemplam todas as alterações de salários que estão previstas no Orçamento de Estado dois mil e vinte e três estão também contempladas as alterações de posicionamento remuneratório, sejam as obrigatórias ou facultativas e também os prémios de desempenho, a única coisa que não está prevista neste orçamento é a nova Orgânica, ou seja, o impacto na nova reestruturação orgânica e da descentralização administrativa.-----

-----No que se refere então ao orçamento há um acréscimo de cinco vírgula quatro milhões de euros face ao ano anterior, o que representa, basicamente, o número de postos de trabalho que vão ser objeto de recrutamento, uma estimativa a seis meses, de cerca de um vírgula dois milhões de euros, as alterações de posicionamento remuneratório, sejam elas obrigatórias ou facultativas mais um milhão de euros, meio milhão de euros prémios de desempenho, sensivelmente e um aumento de dois vírgula oito milhões de euros decorrentes da aplicação do Orçamento de Estado dois mil e vinte e três. -----

-----Portanto, iria terminar a minha apresentação apenas com alguns alertas e condicionalismos relativamente ao orçamento para os próximos anos, não tanto para dois mil e vinte e três, mas para dois mil e vinte e quatro e seguintes, alertar que a incerteza da conjuntura macroeconómica poderá prejudicar a execução da receita em dois mil e vinte e quatro e anos seguintes, portanto, não sabemos, há muita incerteza, que poderá colocar aqui algumas questões sobre a cobrança de impostos importantes, nomeadamente o IMT, como outras receitas, o aumento da despesa corrente, que tem-se verificado já e vai-se verificar em dois mil e vinte e três, com certeza, relativamente a aquisição de bens e serviços o que nos está a impossibilitar a manter alguns contratos de fornecimentos, nomeadamente dos fornecimentos contínuos, já tivemos problemas com o papel, estamos a ter problemas com a higiene e limpeza e com os produtos de limpeza e poderão alastrar-se para outras aquisições. -----

-----Relativamente aos preços das empreitadas, é preocupante, de facto, os custos dos



Câmara Municipal
de Oeiras

materiais têm subido de tal forma exponencial, que estamos a originar revisões de preços sucessivas, o aumento de despesa decorrente dos ajustamentos de preços está a encarecer cada vez mais as empreitadas com maior relevo, claro, no Fórum, porque é um investimento que maior volume tem de investimento.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada por esta apresentação. -----

----- Não posso deixar de dizer que tendo recebido este documento com quinhentas e vinte páginas, apenas ontem, na véspera desta apresentação, é-me impossível colocar questões fundamentadas nesta reunião, um conjunto de questões, que certamente me suscitará a leitura do documento, que ainda não pude fazer. -----

----- Gostaria de saber de que forma foram tidas em conta as nossas dezasseis propostas, medidas que apresentámos na sequência do convite que o Senhor Presidente nos fez, para contribuir para a elaboração destas GOP, quantas delas foram consagradas neste documento, quais não foram e porquê, e se não foi nenhuma por que é que nos foi solicitado esse contributo e não nos foi dito nada, nem uma palavra, para conversarmos e discutirmos as medidas que propusemos, depois de as termos enviado para o Senhor Presidente. -----

----- Uma coisa é não considerarem as nossas medidas válidas, mas devem dizer porquê e falarmos sobre o assunto, ouvirem a nossa perspectiva, outra coisa é pegarem naquilo que enviámos e não verem qualquer interesse nisso, ter sido apenas um proforma e acho que não deve ser assim que se deve tratar o contributo da oposição.”-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** observou o seguinte:-----

----- “O PSD ficou satisfeito que se tenha incorporado na apresentação do documento os ODS, queria valorizar essa parte, porque sei que não conseguiram fazer para o documento todo, mas pelo menos ficou nesta parte e no prazo de uma semana é louvável. -----

----- Obrigada.” -----

-----A **doutora Paula Saraiva** disse o seguinte:-----

-----“Foi sob as orientações da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho e o trabalho do doutor Bruno Mouco e é justo que se diga aqui.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte: -----

-----“Quero agradecer esta apresentação e agradecer aos Serviços de terem começado a incluir estas preocupações do desenvolvimento sustentável e a inclusão dos ODS nestes documentos estratégicos, e para o futuro iremos consolidar ainda mais este trabalho e aprofundá-lo neste tipo de documentos, colocando e alinhando os ODS com aquilo que são os objetivos do Município. -----

-----Quero agradecer toda a disponibilidade para incluírem estas questões.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Quero agradecer o trabalho do Departamento de Finanças e Património, da Direção Municipal da Administração Geral e da Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo, que fizeram um esforço muito grande nas últimas semanas, particularmente, a quem estava magoado e veio trabalhar e teve que ser mandada para casa, porque não era necessário estar no edifício da Câmara, podia trabalhar em casa, o nosso agradecimento. -----

-----Gostaria de referir a qualidade da apresentação do doutor Bruno Mouco.-----

-----O Senhor Presidente diz muitas vezes e eu aproveito para beber as suas palavras, que o mais difícil é ser sintético, e nas apresentações o mais difícil é ser sintético e transparente, como esta foi.-----

-----Muito obrigado doutor Bruno Mouco pela transparência da sua apresentação. -----

-----Gostaria de me associar à incorporação dos ODS nesta apresentação e o esforço que foi desenvolvido.-----

-----Isto é uma matéria que só por algum ronceirismo a Câmara de Oeiras não trabalhava desta forma.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Porquê?-----

----- Há dois anos foi realizado um estudo sobre a utilização dos ODS em Oeiras, que indicava numa perspetiva performativa e de comparação com outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, nos dezassete ODS, Oeiras estava em primeiro em catorze deles, portanto, os ODS devem ser entendidos, mormente, como o mínimo múltiplo comum de direitos fundamentais aceites globalmente para cada uma destas áreas, é a transposição em grande medida nos últimos anos, dos objetivos do milénio, associados ao hemisfério norte, nós esforçamo-nos durante algum tempo e temos vindo a esforçar-nos para fazer localização de Oeiras e já sabíamos o nível comparativo em que Oeiras estava e estávamos muito bem situados, como os indicadores assim o demonstram. -----

----- Muito obrigado doutor Bruno Mouco, sabendo que a Vereadora Ana Filipa Laborinho naturalmente decorrente de haver um pelouro específico nesta matéria que apoiou o orçamento nesta matéria, é uma mais valia para este ano. -----

----- Em relação às previsões, cuidado com as previsões, quer pela instabilidade, quer por algumas tendências que estão a ser menosprezadas, o preço do aço já mudou, há preços que estão a ser considerados numa perspetiva de longo prazo, de uma forma, e o ciclo já se inverteu, há mais aço reservado no mundo do que aquele que é necessário para consumo durante dois ou três anos, portanto há aço disponível, o que não há é aço disponível a ser posto no mercado, o mesmo se passa com os hidrocarbonetos cujo aumento de produção também deve levar uma baixa no próximo ano e isto tudo é muito instável, nós ontem ao fim da tarde assustamo-nos muito, podia ter ficado ainda mais instável, mas o cataclismo ainda não está para surgir. -----

----- Gostaria de saudar a independência financeira do Município de Oeiras, que mesmo contraindo um empréstimo para obras essenciais, empréstimo esse que não realizávamos há muito tempo, continuamos com uma independência financeira absolutamente notável.”-----

----- O **Senhor Presidente** argumentou o seguinte:-----

-----“Em primeiro lugar, gostaria de louvar o esforço da Direção Municipal da Administração Geral e do respetivo Departamento Financeiro, na coordenação da elaboração, quer do Orçamento, quer das GOP, sendo certo que este é um trabalho, como sabem, que envolve todos os Serviços da Câmara Municipal.-----

-----É este o momento, a discussão, as diferentes rondas que são feitas relativamente às GOP, envolvem todos os Serviços da Câmara e de alguma forma todos têm um bocadinho neste documento, embora a síntese de tudo isto compete ao Departamento de Finanças, por isso mesmo corporizamos no Departamento e na Direção o elogio que é extensivo a todos, os dirigentes e técnicos da Câmara que trabalharam neste documento.-----

-----O Município de Oeiras já é uma organização muito complexa.-----

-----Ontem estive a ver os resultados do anuário financeiro dos Municípios, só há dois números, de trinta ou quarenta indicadores, Oeiras está à frente em vinte e sete, não está em primeiro, mas Oeiras é o décimo primeiro Concelho em termos de população e depois em trinta e tal indicadores está em primeiro, segundo, terceiro ou quarto, nos que não está em primeiro é na eficiência financeira e na EBITDA.-----

-----O coeficiente da eficiência financeira até compreendo, até porque estamos bem acompanhados nessa matéria, agora a EBITDA é uma questão contabilística, que nunca percebi bem, tenho que analisar isso, porque se aplica às empresas, nas empresas isso tem importância, porque dá a rentabilidade da empresa.”-----

-----O **doutor Bruno Mouco** explicou o seguinte:-----

-----“O problema com as análises que o Senhor Presidente está a referir é a análise da Ordem dos Contabilistas Certificados.-----

-----A Ordem dos Contabilistas Certificados tem uma análise muito virada para o setor privado, nós quando estamos a analisar resultados financeiros e isto foi tema de debate do qual a Senhora Vereadora Carla Castelo fez várias intervenções aquando da aprovação da Conta de



Câmara Municipal
de Oeiras

Gerência, tem o fraco com os resultados líquidos negativos, esse é que é a causa do fraco desempenho nesses dois indicadores. -----

----- Eu vou dizer isto, que era o que eu ouvia nas minhas aulas de ciência de administração e às vezes as pessoas precisam de perceber, nós estamos a trabalhar para a causa pública, e quando estamos a trabalhar para a causa pública temos que ter consciência dos valores e daquilo que estamos a fazer, eu não me interessa ter duzentos milhões de euros, no banco, se não faço nada de apoio às populações, há Municípios que têm duzentos milhões de euros no banco, mas, se calhar, não têm a dinâmica, nem a proatividade no cumprimento dos desígnios de apoio às populações e do desenvolvimento das regiões. -----

----- Esses dois indicadores, a causa é mesmo essa, na altura do COVID o Município de Oeiras não se absteve de apoiar as populações nos momentos de maior necessidade. -----

----- O EBITDA é o resultado operacional, basicamente tem a ver com os rendimentos face aos gastos.” -----

----- O **Senhor Presidente** continuou: -----

----- “De qualquer maneira, eu quero-vos dizer que o que é importante é que dos restantes indicadores é primeiro, segundo, terceiro ou quarto e, portanto, quando não devia passar de décimo primeiro, mas está à frente, com frequência, de Municípios muito mais populosos como Sintra, Vila Nova de Gaia, Cascais, Loures, Almada, portanto, tem uma posição Lisboa, Porto, Oeiras, ou Lisboa, Porto, Oeiras, Cascais, ou Lisboa, Porto, Cascais, Oeiras e, portanto, são indicadores que nos enchem de orgulho. -----

----- Oeiras é um Município que, do ponto de vista da sua estrutura organizativa é muito complexo e, portanto, eu quero-vos dizer que eu também não li estas GOP. -----

----- Acho que não devem ficar espantados, porque eu não tive tempo de ler as GOP -----

----- Não é por isso que elas não são distribuídas, hoje estamos aqui a fazer uma mera apresentação, de maneira que ninguém pode queixar-se e dizer que devia ter recebido com quinze

dias de antecedência ou um mês, porque, na realidade, são apresentadas quando estiveram prontas e agora teremos o tempo que for necessário para discutirmos, para aprovarmos, etc..-----

-----Como calculam, preocupo-me com os programas eleitorais. -----

-----O meu programa eleitoral é o documento mais importante para o mandato, porque é no programa eleitoral que está tudo aquilo que eu considero fundamental para o mandato e, portanto, as orientações que dou, é que se cumpra aquilo que eu tenho no programa eleitoral e, naturalmente que os diferentes Vereadores carregam para os Serviços as prioridades que constam do programa eleitoral. -----

-----É assim que deve ser, porque nós temos que responder ao eleitorado, relativamente àquilo que prometemos, fizemos e não fizemos. -----

-----Tanto quanto possível, desde que haja uma certa compatibilidade, satisfazer também, promessas ou compromissos que os partidos políticos tenham apresentando nos seus programas e, em primeiro lugar daqueles que conosco partilham a gestão da Câmara, mas também daqueles que não partilham a gestão da Câmara no sentido de terem pelouro e que fazem oposição, desde que sejam propostas que correspondam e sejam compatíveis com aquilo que nós também defendemos, obviamente, também damos andamento a essas propostas. -----

-----Para dizer que esta complexidade faz com que, ou os Serviços da Câmara têm competências capazes de levar por diante tudo aquilo que são este conjunto de iniciativas, de projetos, programas, iniciativas, que são muitas, ou, caso contrário, as coisas não funcionariam e, portanto, há quem pense que tudo isto passa e toda a atividade da Câmara passa pelo Presidente da Câmara e pelos Vereadores. -----

----- Se assim fosse não íamos longe, é bom que fique claro que há muitas, eu diria a maioria das atividades, mesmo as respostas que são dadas aos Vereadores, ou Deputados Municipais, que pedem esclarecimentos, mal seria se fosse o Presidente da Câmara, mas parece que está na moda pensar-se que o Presidente da Câmara dá essas respostas, ou os Vereadores,



Câmara Municipal
de Oeiras

sejam por perguntas que façam da Assembleia Municipal ou pelos Vereadores, normalmente são os Serviços a preparar as respostas e, portanto, não vale a pena, muitas vezes virem com intenções que há falta disto, falta daquilo, transparência daqui, transparência dali, porque, na realidade está-se a responder de acordo com aquilo que é a resposta e a informação que os próprios Serviços têm de uma determinada matéria e é natural porque os dossiers não estão nos gabinetes do Presidente da Câmara ou dos Vereadores.-----

----- Documentos com esta dimensão só são possíveis com um esforço enorme da estrutura da Câmara e para terem uma ideia, só quem participa nessas reuniões é que tem uma ideia de como é que isto funciona.-----

----- Eu diria que é uma participação altamente democrática, não conheço muitas Câmaras Municipais que funcionem assim, mas na realidade este ano, por exemplo, houve quatro rondas, começa-se com uma primeira ronda em que é o Departamento de Finanças e Património e a Diretora Municipal da Administração Geral, que nos vem dizer que estão cem milhões de euros de despesa a mais do que a receita e, portanto, onde é que agora vamos cortar estes cem milhões?

----- Nessa primeira ronda, eliminam-se vinte ou trinta, depois há uma segunda ronda, depois há uma terceira ronda e uma ronda final. -----

----- Esta é a grande dificuldade, chegar a um consenso num documento desta natureza, porque a definição de prioridades, na realidade, vai-se afinando à medida que se discute, porque, naturalmente, que o haver cem milhões de euros de despesa a mais do que a receita, isto é, se temos duzentos milhões de receita, mas apresenta uma previsão de trezentos milhões de despesa, cem milhões a mais, obviamente que não é possível acomodar esses cem milhões em duzentos milhões de receita e, portanto, tem que se ir eliminando, obviamente, tem que se ver quais são os projetos, quais são as obras, quais são os programas, as iniciativas, as ações, etc., que não podemos prescindir e em função das nossas prioridades políticas, mas também dos compromissos estabelecidos é que compete aos Serviços chamar a atenção do Presidente da

Câmara e dos Vereadores e dizer: “olhe, este aqui não pode sair, porque já está com compromissos do ano passado ou tem cabimento, ou outra qualquer”, e, portanto, tudo isto obriga a um exercício extraordinário, discussões que se prolongam por semanas, são pelo menos quatro semanas de discussão, uma semana cada ronda mais ou menos. -----

-----É assim que se chega a este documento final, que eu ainda não li e vou ler agora, espero lê-lo até sexta-feira ou sábado. Aliás, li as primeiras páginas, o texto da mensagem do Presidente da Câmara e li mais duas páginas. -----

----- Esta apresentação é essencialmente para despertar a Câmara para aquilo que podem ser as principais prioridades que estão neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano e, a esse propósito, naturalmente, que vêm propostas que, ao longo do ano, são apresentadas por empresas, por instituições, por associações, por cidadãos individualmente considerados e pelos Senhores Vereadores na sequência, uns por dever de ofício porque têm pelouros e têm que acompanhar a apresentação dos diferentes projetos, os que não têm pelouros, como a Senhora Vereadora Carla Castelo referiu, é solicitado que se tiverem propostas que as apresentem. -----

-----Relativamente aos contributos que a Senhora Vereadora Carla Castelo apresentou eu só vou ler agora, também, vamos ter muito tempo de discutir, porque eu remeti para todos os Vereadores de acordo com as competências de cada um, os contributos que foram apresentados e o meu adjunto esteve hoje, de manhã, a fazer a síntese, e é aqui que podemos discutir e verificar se há algo a ser considerado ou não. -----

-----Nós discutimos aqui, não vamos para as redes sociais dizer que apresentámos isto apresentámos aquilo e por aí fora. Nós apresentamos aqui e discutimos aqui, não vamos para as redes sociais.-----

-----Pelos vistos nenhum dos Senhores Vereadores se quis debruçar ainda sobre as GOP, portanto, hoje é a apresentação, é sempre assim, há a apresentação e depois há uns dias para ler o documento. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Em relação aos contributos da Senhora Vereadora Carla Castelo, como disse eu tive o cuidado de remeter para todos os Senhores Vereadores os contributos da Senhora Vereadora e vou ler e vemos se podemos admitir ou não.-----

----- Passo a ler os contributos da Senhora Vereadora Carla Castelo: -----

----- “Em resposta ao convite verbal que o Senhor Presidente da Câmara dirigiu aos “Senhores Vereadores sem pelouro”, na reunião da Câmara Municipal de Oeiras de doze de outubro de dois mil e vinte e dois, tenho a honra de apresentar, em nome do Grupo Político Evoluir Oeiras, os nossos contributos para as Grandes Opções do Plano (GOP) do Município de Oeiras para dois mil e vinte e três. Não sendo nós Governo, procurámos não ser exaustivos e centrarmo-nos em medidas que consideramos prioritárias, justas e exequíveis.-----

----- Tendo em conta o atual contexto de crise energética e de aumento da inflação, e as dificuldades sentidas sobretudo pelas populações mais vulneráveis no nosso Concelho, e não esquecendo as obrigações do Município no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentável e de adaptação e mitigação das alterações climáticas, propomos a inclusão nas GOP das seguintes doze medidas:” -----

----- Tinha falado em dezasseis.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** esclareceu: -----

----- “Se o Senhor Presidente tivesse ou alguém tivesse visto estas medidas, aliás, o Senhor Presidente naquela reunião em que eu estive presente, disse que já tinha lido assim por alto e que não tinha encontrado nada de novo, pelos vistos, afinal, não leu mesmo, nem por alto, nem coisa nenhuma, mas nós enviámos dia vinte e quatro de outubro e hoje é dia dezasseis de novembro, nós enviámos dia vinte e quatro de outubro para serem incorporadas nas GOP, pelos visto as GOP estão feitas e agora “à posteriori” é que o Senhor Presidente quer ler alto na reunião onde estamos todos, quando todos os Vereadores já têm o documento que foi distribuído, mas o Senhor Presidente não leu e quer agora ler aqui na reunião possivelmente para os Serviços

também ouvirem. -----

-----Se é sua intenção ler, pode ler, esteja à vontade, mas, na realidade, nós entregámos dia vinte e quatro de outubro, fizemos um esforço enorme para cumprir, para ir a tempo de serem incorporadas as medidas nestas Grandes Opções do Plano. -----

-----Ouvi o Senhor Presidente dizer: “Preocupo-me com os programas eleitorais, está lá tudo que considero que é fundamental para o mandato”. -----

-----Ouvi-lo dizer isso, porque sendo que acha que o programa eleitoral é o mais importante documento, é curioso, que dezenas de medidas do seu programa eleitoral de dois mil e dezassete não tenham sido postas em prática. -----

-----Tanto que as tais quatro que somam a essas doze para dar as dezasseis são precisamente medidas que constavam do seu programa eleitoral de dois mil e dezassete e que não foram postas em prática e com as quais nós concordamos e até poderíamos ter ido buscar mais algumas e que eram tão fundamentais que o Senhor Presidente não as pôs em prática.” -----

-----O **Senhor Presidente** continuou: -----

-----“Quem me julga em matéria de programa eleitoral são os eleitores e portanto, em dois mil e dezassete já julgaram, em dois mil e vinte e cinco veremos. -----

-----Mas não há maneira da Senhora Vereadora se adaptar às regras. -----

-----Na realidade, como calcula, eu li todas as questões dos seus contributos, eu li, acha que não ia ler? -----

-----Remeti foi para os Serviços e para os Vereadores, para cada um dos Vereadores responder a essas questões e verificar, é assim que as coisas funcionam, portanto, eu remeti para cada um dos Vereadores, eles estão aqui. -----

-----Há um despacho meu, remeti no dia vinte e cinco para todos os Vereadores, cada um no âmbito das suas competências responder aos contributos que a Senhora Vereadora colocava e, naturalmente que as respostas foram chegando e nós estamos a dezasseis de novembro,



Câmara Municipal
de Oeiras

decorreram vinte dias, um pouco mais e como tenho dito os Vereadores e os Serviços não estão aqui em regime exclusivo de serviço à Senhora Vereadora. -----

----- Repare que todos os dias apresenta requerimentos, todos os dias apresenta coisas e, obviamente, que os Serviços não podem estar aqui, exclusivamente, ao seu serviço e, portanto, demora algum tempo e, neste caso concreto, foram respondendo e, naturalmente que eu agora tenho que ler aqui, porque não é apenas a Senhora Vereadora ir para as redes sociais dizer que apresentou doze contributos, eu tenho que ler aqui na Câmara as suas propostas e é assim que é democrático, não estou a ver qual é a estranheza, então não devo ler as propostas para os Senhores Vereadores que aqui estão, verem? -----

----- Aqueles que deram contributos, qual foi a resposta que deram, com a máxima transparência ficarmos aqui a saber o que é que é aceite e o que não é aceite, é assim, porque a Senhora Vereadora como tem o estatuto de oposição, obviamente que o facto de as propostas serem aceites ou não serem aceites, não altera em nada a sua posição sobre a votação do Orçamento, não vai votar nem que sim, nem que não, contra, a favor, etc., independentemente destas propostas e, portanto, está na posição mais confortável que há, apresenta propostas, são aceites e vota contra, de maneira que é uma posição confortabilíssima. -----

----- Não é apenas nós sermos sujeitos ao escrutínio daquilo que o Evoluir, ou o Bloco de Esquerda, apresenta e não é aceite, mas a própria Câmara Municipal, neste órgão, aqui é o local competente, tenho que dizer cara-a-cara o que é que é aceite e o que não é aceite. -----

----- Eu acho que isto é que é a democracia e isto é que é transparência, não é o Presidente da Câmara, no seu gabinete, rejeitar ou deixar de rejeitar, não, sujeitamo-nos a esse escrutínio aqui, e depois o cidadão que faça a sua leitura. -----

----- Vou passar a ler. -----

----- “Ação Social-----

----- Medida um - Gratuitidade do Passe Navegante Metropolitano (Família ou Individual,

dependendo do caso), para residentes no Concelho de Oeiras que afixarem um rendimento até novecentos euros por mês.” -----

-----Para que fique claro estas respostas é que eu estou a ler pela primeira vez, porque me entregou o adjunto há bocado, não quer dizer que eu esteja de acordo com o que aqui está escrito, se eu não estiver de acordo com o que está aqui escrito, manifesto a minha discordância, em relação ao passe navegante metropolitano, eu tenho a minha opinião, e irei dizer qual é. -----

-----Resposta da Senhora Vereadora Teresa Bacelar: -----

-----“No que se refere à Medida um, não temos como aferir o custo desta medida, porque significaria a Câmara Municipal de Oeiras pagar o Passe Navegante Metropolitano relativo a um número indeterminado de indivíduos e, de qualquer modo, novecentos euros de rendimento mensal parece-me um valor muito elevado, considerando que o montante de referência para apoios sociais é, em regra, o indexante dos apoios sociais , quatrocentos e quarenta e três euros e vinte cêntimos ou o ordenado mínimo nacional setecentos e cinco euros por mês.-----

-----De qualquer modo, julgo que deverá ser consultada a Divisão de Mobilidade e Transportes, uma vez que o programa eleitoral prevê o cofinanciamento ao nível dos Passes Sociais, com entrada em funcionamento previsível para o próximo ano, da Carris Metropolitana.”

-----Nós aqui seguimos a Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Não seremos nem melhores, nem diferentes, nós aqui seguiremos a Área Metropolitana de Lisboa, portanto, não vamos fazer aqui de maneira diferente, aquilo que a Área Metropolitana de Lisboa determinar é aquilo que nós fazemos, significa esta proposta que é aceite na medida que ela for aceite pela Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----“Medida dois - Criação de uma bolsa de mediadores interculturais para integrarem as equipas de apoio social da Câmara Municipal de Oeiras, que, entre outras funções, assegurem o apoio às escolas dos Agrupamentos de Escolas dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Resposta da Vereadora Teresa Bacelar: -----

----- “Relativamente à Medida dois, colocam-se duas situações concretas:-----

----- A dotação das Escolas dos Agrupamentos de Escolas dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) de mediadores escolares, com a necessária intervenção/competência do Departamento de Educação. A função de mediador escolar segundo os normativos legais é desempenhada por um técnico superior especializado em mediação escolar, sendo que, no caso em concreto, destes dois Agrupamentos, ambos dispõem desses técnicos (são do Ministério da Educação), que, no âmbito das suas funções, fazem a ponte entre parceiros, famílias e comunidade escolar. -----

----- Ainda que no âmbito da DCS - Divisão de Coesão Social se encontre prevista a criação da figura de mediador social de proximidade, que visaria identificar e sinalizar situações de vulnerabilidade, para posterior acompanhamento em estreita articulação com os parceiros sociais, ainda não se encontra planeada a data de implementação desta medida (previsão para que a mesma ocorra entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e cinco.-----

----- Contudo, não nos parece que esta medida tenha o mesmo objetivo da medida proposta, uma vez que, no que respeita à “criação de bolsa de mediadores interculturais” que apoiem as escolas na interação com as comunidades (como é o caso da etnia cigana, que como é sabido tem uma grande resistência em aproximar-se da escola), pressupõe uma intervenção da parte do Departamento de Educação para, em conjunto com os Agrupamentos TEIP, identificarem claramente o perfil destes mediadores de acordo com as especificidades territoriais.” -----

----- Está aqui a resposta e dentro daquilo que é possível e no respeito pela autonomia da Escola, a Câmara Municipal participa e colabora. Agora não pode é intrometer-se na escola.” ----

----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte: -----

----- “Eu pedi a palavra, porque o Senhor Presidente foi para a segunda medida e não viu

que eu fiz sinal, mas gostaria de falar da primeira, porque realmente eu não percebi a sua posição relativamente à nossa primeira proposta.-----

-----Percebi a resposta da Vereadora Teresa Bacelar, mas depois não percebi o que é que o Senhor Presidente disse, porque o Senhor Presidente disse que fariam aquilo que é feito na Área Metropolitana de Lisboa, ora, a Área Metropolitana de Lisboa tem muitos concelhos, como sabemos, há concelhos como Lisboa ou como Cascais, que têm a gratuitidade dos passes, nomeadamente para determinadas faixas etárias, Cascais até tem a gratuitidade do transporte, Lisboa tem para os jovens até vinte e três ou vinte e quatro anos e depois para os seniores, a partir dos sessenta e cinco, portanto, não há uma uniformidade na Área Metropolitana de Lisboa.

-----Gostaria de perceber se nós vamos fazer como Cascais, se vamos fazer como Oeiras, tomando nós a nossa própria decisão relativamente ao apoio a dar para uma alteração de modo de transporte para levar as pessoas não usarem tanto automóvel particular e poderem deslocar-se mais de transporte público, enfim, qual é que é a posição de Oeiras, afinal?”-----

~ -----Esclareceu o **Senhor Presidente**:-----

-----“É muito simples, como a Área Metropolitana.-----

-----A Senhora Vereadora está mal informada, os transportes em Cascais não são gratuitos, os intermodais não são gratuitos, na CP não são gratuitos, é dentro do Concelho, mas nós também temos, o COMBUS também é gratuito. -----

-----Essa matéria está respondida, ligaremos com a Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Admito que em relação à idade escolar ou mesmo pessoas com mais de sessenta e cinco anos, mas essas já têm transporte gratuito, mas podemos avaliar a nível do Concelho o que é que há em termos de transportes, mas, para isso, temos primeiro que saber qual é a quantidade de pessoas que, por exemplo, com mais de sessenta e cinco anos utilizam transporte público para Lisboa, no fundo para fora de Oeiras, isso implica um estudo sério sobre essa matéria.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** acrescentou: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Está a ser feito.” -----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Está a ser feito, quando fizermos esse estudo podemos então, eventualmente, tomar uma medida mais alargada do que aquela que temos agora.-----

----- “Medida quatro - Criação de um “Vale Aprender” que possibilite os estudantes, que frequentem instituições de ensino Básico e Secundário no Município de Oeiras, e cujas famílias recaiam nos três primeiros escalões de rendimento coletável do IRS até quinze mil duzentos e dezasseis euros, adquirirem material escolar e manuais/livros de apoio em estabelecimentos comerciais no concelho.” -----

----- Reposta do Senhor Vereador Doutor Pedro Patacho.-----

----- “Através da rubrica oito seis zero três - Apoio para visitas de estudo e material escolar, o DE/DAEGA, atribui um subsídio anual que visa apoiar a aquisição de material escolar e realização de visitas de estudo por/para todos os alunos dos escalões A e B, que frequentam o Primeiro Ciclo da Escola Básica.-----

----- O Município não tem apoiado a aquisição de manuais escolares / livros de apoio, dado o Ministério da Educação disponibilizar a todos os alunos a possibilidade de adquirirem os manuais escolares gratuitamente, através do programa MEGA - Manuais Escolares Gratuitos (acessível através do endereço manuaiscolares.pt).-----

----- Eventualmente, se o Senhor Presidente assim o determinar, podemos avaliar o impacto financeiro da extensão desta medida aos Segundo e Terceiro Ciclos e Ensino Secundário.-----

----- Há, porém, um racional por trás da medida.-----

----- O Primeiro Ciclo é tradicionalmente o nível de ensino em que os alunos usam mais e mais diversificado material escolar.”-----

----- Portanto, o que a Senhora Vereadora propõe é acabar com o Secundário? -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** alegou o seguinte:-----

-----“O que a Senhora Vereadora propõe é que esta medida de apoio a criação de um vale, (nós também podíamos chamar a esta medida um vale) seja extensível ao segundo e terceiro ciclo e secundário.-----

-----O racional que nós defendemos é o que está aí nessa resposta é que isto faz mais sentido para o primeiro ciclo do ensino básico, que é tradicionalmente o nível de ensino em que os alunos usam mais materiais, usam material mais diversificado e usam mais recursos.-----

-----Os manuais escolares são gratuitos para toda a educação básica e secundária e há aí depois também um racional que tem presidido às medidas que nós implementamos, que é o apoio à instituição, que depois beneficia a família.-----

-----Não cheguei a perceber se aquilo que a Senhora Vereadora entendia era um vale a ser atribuído às famílias, mas o Município de Oeiras tem tradicionalmente apoiado a estrutura, a instituição e os seus profissionais para depois apoiarem as famílias.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Eu creio que a proposta é clara, aquilo que nós propomos é um vale que apoie os alunos do básico/secundário no Município, cujas famílias recaiam nos tais três primeiros escalões de rendimento coletável do IRS e para adquirirem não só, os manuais escolares sabemos que já são gratuitos para os escalões A e B, mas também material escolar e esse vale seria para compra em estabelecimentos comerciais do Concelho, também para fazer aqui um apoio ao comércio local, era esta a nossa proposta.”-----

-----O **Senhor Presidente** argumentou:-----

-----“No fundo, esta medida já existe, aquilo que eu estou disponível para dar andamento é aprofundar a medida, analisar qual é a diferença entre aquilo que a Câmara já faz e o que se pode fazer, sendo certo que o mais adequado não é propriamente a atribuição de um vale, porque isso cria outros problemas, como é que a Câmara dá o vale e como é que as pessoas vão comprar



Câmara Municipal
de Oeiras

onde quiserem?-----

----- Nós andamos aqui para criar, há algum tempo, um cheque para as famílias, para os idosos, para as pessoas que beneficiam de determinados apoios sociais e temos tido essa dificuldade, não sei se está a decorrer um concurso, mas admito perfeitamente dar orientações ao Departamento de Educação para analisarem e estudarem esta medida, porque nada disto está quantificado e verem em que moldes é que poderia ser valorizada, porque isto pode não ser assim de repente, o apoio escolar a este nível.”-----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** alegou o seguinte:-----

----- “Queria acrescentar só mais alguma informação que julgo que deve recomendar alguma prudência na análise destas propostas, que embora bem-intencionadas às vezes podem ser um pouco voluntaristas.-----

----- Os Professores Titulares de Turma e os Conselhos de Turma em cada escola na observância daquilo que são as orientações do seu Conselho Pedagógico para o desenvolvimento curricular em cada ano, em cada disciplina de educação básica e secundária, são as escolas e os professores que determinam quais são os recursos, quais são os meios, quais são os materiais que são necessários para o desenvolvimento curricular na educação básica e secundária, são as escolas que o determinam.-----

----- Eu não tive nunca até hoje nenhum reporte de nenhum Diretor de Agrupamento de Escola, de nenhuma Coordenadora de Escola, de nenhum Diretor de Turma, de nenhum Professor Titular de existência de alunos na educação básica e secundária do Concelho de Oeiras que não consigam ter acesso aos materiais de que necessitam para frequentar as suas aulas e realizar os trabalhos que lhes são requeridos pelos seus professores.-----

----- Adicionalmente há nas lojas escolares, sobretudo, nas Escolas Dois/Três e nas Escolas Secundárias material aos quais os alunos têm acesso, alguns têm acesso gratuitamente através dos seus professores outros têm acesso nas lojas escolares a valores muitíssimo

reduzidos, de resto, há muitos anos que o Município de Oeiras, no âmbito daquilo que é a Ação Social Escolar, indo até para além daquilo que é requerido na Lei na Ação Social Escolar apoia as famílias com maiores necessidades como aqui foi explicado. -----

-----De maneira que, isto pode ser analisado, eventualmente, mas eu recomendaria uma análise em parceria com os Senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas para perceber se estamos de facto na presença de algo que faz sentido ou se, não obstante bem-intencionado, os professores podem achar que talvez não seja por aí, aquilo que seja necessário seja outra coisa.”-

-----O **Senhor Presidente** disse: -----

-----“A razão de muitas destas medidas é ir aprofundando, ampliando os apoios às famílias, isso estamos todos de acordo, agora, as coisas têm que ser medidas.-----

-----Não é novidade nenhuma, que fique claro, novidade não é, esta medida já está implementada ao nível do primeiro ciclo e mesmo dos outros níveis de ensino a Câmara apoia as famílias de diferentes formas, eu pelo menos, estou sempre aberto a tentar ajudar ao máximo as famílias. --- -----

-----Não podemos adotar uma medida que vai de encontro àquilo que o próprio Estado já adota, primeiro temos que ver em que medida se compatibiliza uma coisa com a outra com o Ministério da Educação. -----

-----Segundo, ver quais são os impactos de natureza financeira, analisar, estudar, se virmos que é possível ampliar esta medida tudo bem, mas isso, como é óbvio, ela é apresentada sem estar feito esse estudo, tem que ser feito o levantamento de custos financeiros, em função disso não excluo a hipótese que possa vir a ser aplicada. -----

-----Esta é uma medida que já existe, é apenas reforço de verbas nas diferentes rubricas ao nível da educação, não tenho qualquer problema, pelo contrário, em dar essa orientação, analisarem quais são os impactos financeiros desta medida e desde que não seja incompatível com a própria medida do Ministério tentarmos reforça. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Aquilo que se tem normalmente em vista é este rendimento cerca de quatrocentos e quarente e três euros, é o indexante dos apoios sociais, também admito que os quatrocentos euros de referência é pouco.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu:-----

----- “Queria só dar aqui um contributo para esta discussão, relativamente aos materiais escolares e dar aqui um exemplo de uma boa prática que eu encontrei na Escola de Miraflores, foi a criação de uma espécie de coletivo, de cooperativa, que eles criaram na escola em que o material é adquirido pela própria escola, os alunos pagam um valor anual para poderem usufruir desse material, contribui para o reaproveitamento daquele material que não é utilizado a todas as horas do dia, sendo partilhado também tem aqui um efeito até de contributo para não desperdiçar material é, de facto, uma boa prática que encontrei na Escola de Miraflores e queria dar nota como contributo para esta discussão que aqui estamos a ter.”-----

----- Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Em relação a esta proposta eu diria que é sim, mas tem que ser estudada a questão e uma vez estudada, vamos ver como é.-----

----- Medida quatro - Instalação pelo menos de duas salas de apoio ao estudo em dois bairros municipais, em que se tem sentido essa necessidade com mais premência Alto dos Barronhos, em Carnaxide e Bairro dos Navegadores, na Freguesia de Porto Salvo, podendo a mesma ser alargada a outros bairros municipais havendo orçamento.-----

----- Esta medida não tem qualquer sentido, porque já está a ser adotada e vai ser alargada, de todo o modo, está aprovada automaticamente, ela já está em curso.”-----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** argumentou:-----

----- “A proposta já estava a ser implementada e o alargamento está em curso.”-----

----- Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Até me admira a falta de informação que a Senhora Vereadora demonstra neste

assunto.-----

-----Centros de Apoio ao Estudo: -----

-----Na Outurela/Carnaxide - Associação António Ramalho, Boxing Spirit, Pavilhão Carlos Queirós, Associação Cultural Juvenil Batoto Yetu Portugal, no Bairro Francisco Sá Carneiro, Associação Pombal Vinte e Um nos Bairro do Pombal e Bento de Jesus Caraça. -----

-----Durante o presente ano letivo estamos a desenvolver trabalho junto de outras Associações locais, nos Bairros do Alto dos Barronhos e Moinho das Rolas, para que seja possível abrir mais dois Centros de Apoio ao Estudo, também vai ser aberto outro na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, em Algés naquela cedência do Mário Charrua -----

-----No Bairro dos Navegadores e em Carnaxide-Portela, a Câmara Municipal apoia ainda duas outras salas de apoio ao estudo, no âmbito do CLS de Oeiras, através do projeto UP - Pequenos Gigantes, que é acompanhado pelo Departamento de Desenvolvimento Social, em articulação com o Departamento de Educação, também é aceite porque até já está e curso. -----

-----No âmbito do Departamento de Desenvolvimento Social encontra-se em desenvolvimento o Projeto UP dirigido a todas as crianças e jovens residentes nos bairros municipais dos Navegadores e Carnaxide, acresce ainda que ao nível de salas de estudos e bairro municipal, em Carnaxide encontra-se também em desenvolvimento o projeto levado a cabo pela Associação António Ramalho, ambos os projetos são apoiados financeiramente e logisticamente pela Câmara.-----

-----Eficiência energética e energias renováveis - Oeiras Comunidade de Energia Renovável: Constituição do próprio Município, já foi aprovada.-----

-----Sobre o assunto a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho apresentou a seguinte informação: -----

-----“Esta proposta enquadra-se no estudo efetuado no Departamento de Habitação, relativamente à cidade produtora de energia e que realça as potencialidades energéticas do



Câmara Municipal
de Oeiras

Concelho.- -----
----- Já estão também através do GATPI a ser preparadas candidaturas e apoios para constituição de comunidades energéticas. -----
----- O objetivo da Câmara é constituir comunidades energéticas ao nível do Concelho, mas posso estudar a possibilidade de ser a própria Câmara a constituir-se como comunidade energética. -----
----- Assim, relativamente a esta matéria a proposta do Evoluir Oeiras vai ao encontro dos objetivos definidos e a serem trabalhados pelos serviços da Câmara Municipal de Oeiras...”-----
----- A Senhora Vereador Susana Duarte apresentou a seguinte informação: -----
----- “No que concerne à resposta aos contributos remetidos pela Senhora Vereadora Carla Castelo no âmbito dos pelouros que me foram atribuídos, informo que foi tida em conta a “Medida Cinco” relativamente às poupanças de energia. -----
----- Mais se informa que o PSD no seu programa eleitoral de dois mil e vinte e um propôs “Instalação de painéis solares em todos os edifícios públicos: Com prioridade para as escolas e unidades desportivas e de saúde, de maneira a reduzir os custos do consumo de eletricidade, vamos instalar painéis solares em todos os edifícios públicos.”, assim nas GOP dois mil e vinte e três está prevista a colocação de painéis fotovoltaicos, estendendo assim as práticas ambientalmente sustentáveis”. -----
----- Está aceite a proposta da Senhora Vereadora, já estava em andamento, estou a ver se encontro aqui alguma coisa original, ainda não consegui.”-----
----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----
----- “Relativamente à comunidade energia renovável que foi aqui aprovada por proposta nossa, é constituir-se o Município como comunidade de energia renovável, foi isso que aprovámos aqui, não quer dizer que também o Município não apoie e sou muito favorável a isso, a criação de outras comunidades de energia renovável no Concelho, conjunto de vizinhos,

bairros, conjuntos empresariais, etc.. -----

-----Mas esta constituição do Município de Oeiras, como comunidade de energia renovável passa por termos a tal CER com o regulamento, que me disponibilizo para participar de alguma forma na redação desse regulamento e depois o investimento que é necessário para executar essa medida, nomeadamente, a instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios municipais, em todas as escolas etc., isto só para clarificar, porque ouvi novamente falar em apoiarmos comunidades de energias renováveis, muito bem, vamos apoiá-las, mas esta proposta em concreto é a constituição do Município como comunidade de energia renovável e terá de ter nestas GOP, se é para ser aprovada, a devida verba para avançar.” -----

-----Argumentando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Não precisa de verbas específicas, as verbas estão todas elas diluídas por diferentes medidas já em curso, por exemplo, o estudo relativamente ao potencial energético do Concelho está pronto, não precisou de uma medida específica sobre essa matéria e, portanto, foi elaborado no âmbito do Departamento de Habitação para os prédios, digamos de habitação dos bairros municipais. -----

-----Todas estas medidas são incorporadas, são transversais a maior parte delas a outros Serviços e a outros projetos.” -----

-----Volvendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Mas como é que vai comprar os painéis para os colocar se não orçamenta?” -----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Nós temos Serviços, temos o Gabinete de Inteligência Territorial, temos o GATPI, temos o Departamento de Obras Municipais, no âmbito do qual temos os Serviços de Eletricidade do Município onde estão os técnicos capazes de preparar um caderno de encargos, etc.. -----

-----Uma coisa é o propósito de poder constituir uma comunidade energética do próprio



Câmara Municipal
de Oeiras

Município, mas isso vai ser estudado e para ser estudado não precisamos de ter aqui verbas, as verbas saem de verbas que estão previstas no orçamento para estudos e projetos, tudo isso está lá.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** aludiu o seguinte: -----

----- “Talvez a Senhora Vereadora nos pudesse ajudar e nos dissesse já, para nós dotarmos o orçamento, qual é o valor da constituição da comunidade de energia renovável do Município e quanto é que custa a instalação dos painéis fotovoltaicos em todos os edifícios públicos do Concelho.” -----

----- Dizendo a **Senhora Vereador Carla Castelo**: -----

----- “Esse trabalho, Senhor Vice-Presidente, é o trabalho que os Serviços irão fazer e para o fazerem o mais breve possível deve ser orçamentado esse valor para nos próximos anos termos os painéis.”-----

----- Argumentando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Está enganada, completamente enganada.”-----

----- Dizendo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Eu não posso inscrever rubricas, com base no desejo. -----

----- Eu também penso, ainda outro dia passei ali pelo Fontanário e desejava muito que o fontanário deitasse sumo de laranja, mas não posso vir para aqui e propor isso, nós temos que saber antes quanto custa, tem que se fazer o estudo.” -----

----- Aludindo o **Senhor Presidente**:-----

----- “E para que é que servem os nossos técnicos? -----

----- Temos técnicos especialistas nestas áreas, eles é que vão em primeiro lugar fazer uma primeira triagem, uma primeira abordagem, vão fazer auscultações, vão ouvir empresas, vão ouvir técnicos especializados e em função disso é que ficam com uma ideia, então propõem, e dizem é importante fazer esta consulta, contratar um prestador de serviços, é assim que isto

funciona e só nessa altura é que são consideradas as verbas.-----

-----Naturalmente, que nós estamos a preparar o orçamento ou as GOP para o próximo ano, mas durante o próprio ano aparecem coisas novas e não é pelo facto de não estarem previstas que não se fazem, por exemplo, vamos ter a vinda do Papa a Oeiras no próximo ano, nós ainda não temos prevista aqui a verba, está a ser feito o levantamento e quando vier uma estimativa mais próxima da realidade é feita uma alteração orçamental, é assim que isto funciona.” - -----

-----O **doutor Bruno Mouco** esclareceu o seguinte:-----

-----“O que a Senhora Vereadora está a tentar transmitir, penso eu, será uma GOP não financeira com o intuito de criar uma política pública.-----

-----As GOP financeiras só podem ser assumidas quando tivermos valores mais próximos da realidade. -----

-----Nos estudos e projetos temos GOP genéricas que poderão suportar esses custos, ou seja, aloca-se nessas GOP estudos e projetos que dão cumprimento a esse desígnio, depois com esses estudos realizados, aí sim, pode-se inscrever uma GOP financeira para os anos subsequentes, não podemos estar a colocar valores quando não temos qualquer indício de qual é o valor a dotar, iríamos estar a deturpar o orçamento.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“É assim que funciona, serão dados os passos necessários internamente e tecnicamente para ver como é que as coisas funcionam e quando houver informação será dada. --

-----Medida seis - Projeto Piloto de Combate à Pobreza Energética, Promoção de Eficiência e Independência Energética em bairro municipal a definir (por exemplo: Quinta da Politeira, Barcarena - cento e quarenta e sete fogos em regime de arrendamento, Ribeira da Lage, Porto Salvo - cento e cinquenta e oito fogos em regime de arrendamento, ou Outurela-Portela, Carnaxide - cento e onze fogos em regime de arrendamento). Reabilitação do edificado do bairro



Câmara Municipal
de Oeiras

municipal com medidas de eficiência energética e conforto térmico, e com aproveitamento dos telhados para instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo desses prédios, e análise dos benefícios sociais e económicos para as famílias avaliando a situação antes e depois da medida executada. -----

----- Tudo isto está em curso, está tudo em andamento, estão os projetos concluídos, não é só nesses três bairros, não é piloto, é em todos os bairros.” -----

----- O Senhor Vereador Nuno Neto esclareceu o seguinte: -----

----- “O Programa de Requalificação dos Bairros Municipais; implementado ao abrigo do Programa Habitacional Municipal Vinte/Trinta, atualmente integrado na Estratégia Local de Habitação, que se encontra em execução; visa adaptar e requalificar os edifícios de todos os bairros municipais, adotando as medidas adequadas que garantam a otimização do comportamento do edificado a nível energético e térmico. -----

----- Em Oeiras, através do PRBM, está implementado um programa coeso e consistente, estruturado, rigoroso no planeamento das ações, do nível de intervenções, do investimento necessário e das fases de atuação. A execução deste programa, com elevado grau de maturidade, não é compaginável com um outro programa piloto da mesma natureza e com o mesmo objetivo.” -----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Está aprovado, já está feito, também não é novidade.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** alegou o seguinte: -----

----- “Feito não está, porque nós sabemos que as obras que têm sido feitas nos bairros municipais, não são obras que visem reduzir a pobreza energética e dar mais conforto térmico. ---

----- As obras que têm sido feitas são pinturas exteriores o que não garante a redução da pobreza energética.” -----

----- Observando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Até está previsto a inserção de capoto nos edifícios da Câmara, justamente para garantir a eficiência energética, se não fosse isso não havia financiamento do PRR e o programa é para isso.”-----

-----Dizendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Se não houvesse PRR não havia nada disto em Oeiras.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Está tudo aprovado pelo PRR, a Senhora Vereadora é que anda distraída, mais uma que também não é novidade e é aprovada com todo o gosto, já está incorporada.”-----

-----Medida Sete - Habitação:-----

----- HabitAgora: Inclusão do Plano Local de Habitação para inclusão de “Programa de Estúdios Jovem” (T zero menor que quarenta metros quadrados) com renda controlada (máximo trezentos euros por mês) para jovens e jovens casais até aos trinta e cinco anos, contratos três anos renováveis até ao limite idade trinta e cinco anos, em edifícios podendo incluir acesso a áreas partilhadas para serviços comuns do prédio.-----

-----Aqui está uma medida espúria, que não faz sentido nenhum, esta já existe e muito melhor do que esta, aqui propõe quarenta metros quadrados, nós temos entre os quarenta metros quadrados e os setenta, temos do T Zero ao T Um, somos a única Câmara Municipal do País que tem este programa, não há nenhuma Câmara Municipal que tenha este programa, somos os únicos, de maneira que, a Senhora Vereadora faz aqui uma cosmética mais ou menos quarenta metros quadrados, nós temos quarenta, cinquenta, sessenta, isso já existe, é o Programa de Habitação Jovem.-----

-----Não há aqui nenhuma novidade, a renda também é de duzentos a seiscentos e poucos euros em função da área dos fogos, temos T Zero, T Um e excecionalmente T Dois, de modo que, esta proposta também está aprovada, já existe.-----

-----Nota do Senhor Vereador Nuno Neto:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “O Programa 'Habitação Jovem nos Centros Históricos', tem como objetivo promover a revitalização destas áreas urbanas dos centros históricos, a reabilitação do seu património arquitetónico e o rejuvenescimento da sua população. -----

----- Este programa é totalmente financiado pelo Município de Oeiras, prevendo a inclusão no mercado de arrendamento de cerca de trezentos fogos. -----

----- O programa é acessível a todos os jovens residentes ou trabalhadores no concelho, há pelo menos três anos, com idades compreendidas entre os dezoito e os trinta e cinco anos. -----

----- Atualmente, o programa contempla cento e dez fogos recuperados e em condições de utilização, estando em fase de projeto/aquisição mais oitenta e seis fogos. A renda a pagar por cada jovem beneficiário do programa é calculada em função da tipologia do imóvel, sendo adequada ao nível de rendimento dos jovens estudantes ou em início de carreira. -----

----- Adicionalmente, o Programa de Arrendamento Acessível de Oeiras (PRAO) permitirá alargar o número de fogos, de diferentes tipologias, para arrendamento com renda acessível a outras faixas etárias. -----

----- Qualquer um dos dois programas elencados é mais abrangente e robusto que a medida apresentada, tanto no número potencial de beneficiários, como também no tipo de resposta habitacional que disponibiliza. -----

----- Este programa é totalmente financiado pelo Município de Oeiras, prevendo a inclusão no mercado de arrendamento de cerca de trezentos fogos. -----

----- O programa é acessível a todos os jovens residentes ou trabalhadores no Concelho, há pelo menos três anos, com idades compreendidas entre os dezoito e os trinta e cinco anos. -----

----- Atualmente, o programa contempla cento e dez fogos recuperados e em condições de utilização, estando em fase de projeto/aquisição mais oitenta e seis fogos. A renda a pagar por cada jovem beneficiário do programa é calculada em função da tipologia do imóvel, sendo adequada ao nível de rendimento dos jovens estudantes ou em início de carreira. -----

-----Adicionalmente, o Programa de Arrendamento Acessível de Oeiras (PRAO) permitirá alargar o número de fogos, de diferentes tipologias, para arrendamento com renda acessível a outras faixas etárias. -----

-----Qualquer um dos dois programas elencados é mais abrangente e robusto que a medida apresentada, tanto no número potencial de beneficiários, como também no tipo de resposta habitacional que disponibiliza.”-----

-----É verdade, faz-se aí uma propaganda extraordinária, aparecem coisas na comunicação social a dizer que vai haver habitação para jovens, o único programa é este, não há outro.-----

-----Lisboa não tem, Cascais não tem, Sintra não tem, não há nenhum Município que tenha um Programa de Habitação Jovem, mas atenção, nós temos este programa, mas também temos renda apoiada para jovens, porque o Programa de Habitação Jovem não é para jovens pobres, é para jovens da classe média, porque os jovens que não estão na classe média e que fazem parte daquele grupo da pobreza é renda apoiada. -----

-----É uma proposta que já está compreendida, está aprovada automaticamente, é um reforço de que estamos bem na política de habitação jovem, ao menos nesse aspeto a Senhora Vereadora Carla Castelo está de acordo com as nossas políticas de habitação jovem e eu fico muito satisfeito. -----

-----Medida Oito - Mobilidade-----

-----Redução da velocidade para trinta quilómetros por hora em todas as ruas residenciais e escolares.-----

-----Esta medida consta não só nas GOP de dois mil e vinte e três, como tem vindo a constar nas GOP de anos anteriores. -----

-----Trata-se de uma medida de acalmia de tráfego que, paulatinamente, tem vindo a ser implementada por todo o Concelho, sobretudo, em áreas residenciais, em zonas próximas de



Câmara Municipal
de Oeiras

equipamentos escolares e em locais onde exista necessidade de assegurar velocidades reduzidas.

----- Para dois mil e vinte três estão previstas ações referentes à elaboração de estudos e projetos, bem como, ações de concretização das medidas.” -----

----- É uma proposta de redução de velocidade em todas as ruas residenciais e escolas, está a ser feita gradualmente, parece ser uma boa proposta, paulatinamente vai-se reduzindo e cria-se mais segurança, é uma medida que já está a ser implementada e o que a Senhora Vereadora Carla Castelo com esta proposta vem dizer é que deve de ser acelerado, estamos de acordo, está-se a fazer e vamos fazer mais rápido ainda.-----

----- Medida nove - Marginal sem carros: Desenvolver os procedimentos necessários no sentido de concretizar o fecho da Avenida Marginal ao trânsito automóvel, todos os domingos e feriados.-----

----- Aqui não há nada a dizer sobre isto, já foi tudo dito, eu apenas reafirmo aqui que comungo inteiramente desta ambição da Senhora Vereadora Carla Castelo, adorava que a Marginal fosse fechada, desde mil novecentos e oitenta e sete que defendo o encerramento da Marginal. - -----

----- Em mil novecentos e oitenta e sete aqui nesta sala foi celebrado o contrato da construção da A Cinco e eu disse aqui na presença do Senhor Ministro das Obras Públicas e do Senhor Primeiro Ministro Professor Cavaco Silva que esperava que com a construção da A Cinco a Marginal se transformasse numa avenida, mas o problema é que eles querem que a Marginal seja alternativa à A Cinco, caso contrário, a Cinco não podia ser portajada, razão por que a Cinco tem portagem é porque consideram que há uma alternativa e não é a Salvador Allende, em Paço de Arcos ou aqui a Avenida da República, chama-se Marginal. -----

----- Era ótimo, se passasse a Avenida deixava de ser alternativa, primeiro encerramos a Marginal e depois pedimos o fim das portagens na A Cinco, que era também o meu sonho, acho que não faz sentido a portagem na A Cinco. -----

-----Este é um problema que não depende da Câmara Municipal, deve de ser apresentado ao Ministério das Obras Públicas e aí a Senhora Vereadora tem mais influência do que eu, tinha, agora não, porque a Geringonça deu o estouro, mas no seu tempo tinha mis influência do que eu, era ótimo que o Ministro Pedro Nuno Santos, mas está ali a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho que tem mais influência no Senhor Ministro Pedro Nuno Santos, talvez o convença a autorizar o fecho da Marginal. -----

-----Eu já não vou tão longe, nem era o fecho da Marginal, nem a Marginal sem carros, já me satisfazia que houvesse uma faixa para um lado e outra faixa para o outro e que pudéssemos alargar, ocupar uma faixa de cada lado com passeio e já ficávamos ali com passeios de sete metros de cada lado eram catorze metros e depois tinha uma faixa ao meio para os carros passarem apenas com dois sentidos. -----

-----Dava para ter ciclovia de um lado e ciclovia do outro e ainda tinha passeios de três ou quatro metros, era espetacular com uma ciclovia de quatro metros de cada lado, estamos a falar de catorze metros, podendo ficar afetos sete metros a passeio e sete metros a ciclovia, mas o Governo não deixa. -----

-----Esta proposta eu nem me atrevo a dizer que aprovo ou não aprovo, é mais uma proposta, vamos mandá-la para o Ministro para ver se ele está de acordo, não somos nós que rejeitamos, não vou meter a foice em seara alheia, também defendo isto, se eu puser uma coisa no jornal a dizer o Presidente da Câmara defende o fecho da Marginal, ninguém põe nada, se for a Senhora Vereadora Carla Castelo a dizer que em oposição ao Presidente da Câmara nós defendemos..., vem logo nos jornais todos, sobretudo o Grupo Impresa, divulguem por lá porque eles publicam tudo.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte:-----

-----“Ia só recordar ao Senhor Presidente que esta proposta foi já debatida aqui na Câmara, este documento foi entregue antes dessa votação e, por isso, está aqui, porque já tinha



Câmara Municipal
de Oeiras

sido rejeitada a proposta.-----

----- Já debatemos este assunto, já sabemos que a maioria na Câmara não deixou passar, ela só aqui está porque este documento foi entregue à Câmara antes de ser votada aqui a proposta de deliberação.”-----

----- Referindo o **Senhor Presidente:**-----

----- “Senhora Vereadora nós deixamos passar, não temos nada que ver com o assunto, ele não é da nossa competência, remetemos para o Ministério das Obras Públicas para ver o que é que eles dizem.-----

----- Vai agora a Câmara Municipal dizer, vamos fechar a Marginal, não temos competência para isso, andamos nisto há anos, vamos dizer que a Senhora Vereadora Carla Castelo na Câmara Municipal de Oeiras apresentou esta proposta de encerramento da Marginal e mandamos para o Governo, é o máximo que podemos fazer.”-----

----- Acrescentando a **Senhora Vereadora Joana Baptista:**-----

----- “Ainda há três semanas voltámos a insistir com as Infraestruturas de Portugal no que respeita à alteração da dominialidade da Marginal.”-----

----- Volvendo o **Senhor Presidente:**-----

----- “A Avenida Marginal apesar do nome avenida, o nome não correto, é Estrada Marginal, pouca gente chama Avenida Marginal, é uma estrada nacional que se encontra sobre jurisdição das Infraestruturas de Portugal, por esta razão a pretensão de fechar a Avenida Marginal ao trânsito automóvel todos os domingos e feriados não depende da vontade do Município, nós não temos que nos pronunciar sobre esta matéria, mas remetemos para o Governo.-------

----- Ordenamento do Território e Ambiente-----

----- Medida Dez - Parques Agroalimentares de Oeiras - criação das unidades territoriais em áreas maioritariamente de solos de RAN destinados à produção agrícola, ao “cluster” da

investigação agrícola e à produção ambientalmente sustentável, com a dinamização de uma “bolsa de terras” para facilitar o arrendamento comercial e divulgação pública dos produtos/serviços disponíveis. -----

-----Aqui gostava de saber como é que a Senhora Vereadora pretende implementar isto.--

-----O “cluster” de investigação agrícola é uma questão do Estado, está ali na Estação Agronómica o INIAV, que é o maior Centro de Investigação Agrícola do País, por acaso aqui em Oeiras eles abandonaram toda a exploração agrícola e levaram-na para o Alentejo, foi para Elvas e outros sítios, como é que a Senhora Vereadora visualiza isso? -----

-----Gostava de saber. -----

-----A criação das unidades territoriais em áreas maioritariamente de solos de RAN destinados à produção agrícola, quem é que vai produzir? -----

-----De quem é a terra?-----

-----A terra vai ser comprada? -----

-----O “cluster” de intervenção agrícola, quem são os investidores?-----

-----A produção ambientalmente sustentável, com a dinamização de uma “bolsa de terras” para facilitar o arrendamento comercial e divulgação pública dos produtos/serviços disponíveis, como é que pretende fazer? -----

-----Gostava de ouvir a Senhora Vereadora, porque a minha criatividade não vai tão longe. -----

-----Isto é uma coisa de tão grande magnitude e atualidade que lhe vou dizer que até excluo daqui o “cluster” de investigação agrícola, porque, naturalmente foi um mais que a Senhora Vereadora se entusiasmou, porque não é competência da Câmara, se querem fazer um “cluster” de investigação agrícola a Câmara diz assim: tem ali a Estação Agronómica toda, retomem a vossa investigação agrícola ali, a Câmara está inteiramente de acordo, não há melhor terreno do que aquele, mas excluindo isso, tudo o resto que aqui propõe implica legislação, como



Câmara Municipal
de Oeiras

é que se vai criar a bolsa de terras? -----

----- Nem o Governo da República conseguiu criar uma bolsa de terras. -----

----- Eu no seu lugar, dirigia antes um requerimento ao Presidente da Câmara e dizia assim: “Senhor Presidente chega de ser demagoga e populista, eu quero arriscar e assumir responsabilidades na Câmara Municipal, tenho este projeto a nível agrícola e gostava de o implementar, estou disponível para aceitar pelouros para mostrar aquilo que valho.”-----

----- É muito interessante estar a dizer: façam lá isto, façam aquilo, mas eu só proponho, agora pôr as mãos na massa, como é que se vai fazer isto, Senhora Vereadora explique-me porque sinceramente eu acho isto extraordinário.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Fico muito contente do Senhor Presidente achar extraordinário e concordar basicamente com a ideia e eu explico-lhe de forma muito simples. -----

----- Antes do mais e, aliás, é um pedido que nós já fizemos e ainda não obtivemos essa resposta, precisamos de ter o cadastro dos terrenos propriedade do Município, é muito importante termos os dados de base, mas tem custado a Câmara dar-nos os dados de base, que é importante para a proposta ser mais fundamentada. -----

----- De resto, existe, e o Senhor Presidente tem conhecimento disso e o Senhor Vice-Presidente esteve no lançamento, uma rede para a transição alimentar chamada “Foodlink”, da qual, infelizmente, o Município de Oeiras não é parte desta rede, porque não quis ser, mas, por exemplo, a Associação Evoluir Oeiras é, e integra outros Municípios, que têm precisamente um dos objetivos que é a criação de Agroparques para a produção agrícola de proximidade. -----

----- Tudo isto se faz se houver vontade para tal, os terrenos, como disse, vamos ver que terrenos municipais há que possam servir este objetivo e a partir daí podemos ter um incentivo à fixação e criação de empresas agrícolas no território, aliás, já temos alguns exemplos, já temos a SEMEAR, que não tendo a sede aqui em Oeiras, tem aqui trabalho na antiga Estação

Agronómica, portanto, isto não é nem demagogo, nem populista, como o Senhor Presidente disse, não posso deixar de repudiar essas palavras, porque acabou de me chamar demagoga e populista, ora, não sou nem uma coisa nem outra, tudo aquilo que propomos é com base em, muitas vezes até nem é nada de novo, o Senhor Presidente gosta de dizer que não é nada de novo, pois não, já está a ser feito naqueles municípios e naqueles países que realmente têm as melhores práticas como o objetivo. -----

-----Oeiras, enfim, fala muito e tem muita propaganda nesse sentido, mas, depois, por exemplo, tem uma aversão quase patológica àquilo que é o investimento na agricultura, porque sempre que se fala de agricultura, vêm buscar as campanhas de trigo do Salazar, vêm buscar tudo e mais alguma coisa, veja só, até países como a Holanda e outros estão a apostar na produção agrícola de proximidade, portanto, a produção agrícola na Holanda é conhecida, mas de proximidade nas cidades ou nas periferias das cidades e nós aqui temos certamente condições para o fazer, se houver vontade para tal e começemos então por ter os dados de base dos terrenos que temos solos agrícolas muito bons em Oeiras e isso o Senhor Presidente deve saber, aliás, o nome de Oeiras até vem precisamente dessa questão de termos as searas, mas começemos então com os dados de base, onde é que podemos começar esta ideia e por nos associarmos a esta rede “Foodlink” rede para a transição alimentar.” -----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Eu falei em populismo e demagogia, a Senhora Vereadora chamou-me aversão patológica, eu obviamente não vou ao ponto de referir que ao dizer aversão patológica está a considerar que eu tenho aqui um desvio mental qualquer, não vou pensar nisso, de maneira que, faz parte da gíria como a demagogia e o populismo faz parte da retórica parlamentar e, neste caso, numa reunião como esta, mas, pelos vistos, só os outros é que dizem, só o Senhor Presidente da Câmara é que acha em relação às alterações climáticas, ainda ontem disse à Senhora Deputada Mónica Albuquerque, que eu não acho nada, nem ela acha nada do que eu



Câmara Municipal
de Oeiras

acho, portanto, ela pode achar o quiser, mas o que ela acha não quer dizer que eu acho também.--

----- Isto é uma série de gente que é achadora, mas eu não estou nesse grupo dos achadores. -----

----- Em relação a esta matéria, eu continuo ainda mais confuso, a Câmara Municipal faculta-lhe tudo aquilo que quiser, tudo o que tenha à sua disponibilidade, claro, em relação a terrenos, registos ou cadastro, que eu saiba, a Câmara Municipal não tem nenhum terreno agrícola, tem alguns terrenos na Reserva Ecológica Nacional, agora em reserva agrícola não, duvido que a Câmara tenha e, portanto, os terrenos são privados.-----

----- De maneira que, em relação a esta produção alimentar ambientalmente sustentável, há aí as hortas urbanas, com certeza, há ali na Estação Agronómica Nacional uma experiência de uma Associação a SEMEAR, que faz umas coisas interessantes, mas daí a querer dizer, isto agora é uma produção sustentável a nível do Concelho, vamos lá fazer, quem é que vai fazer, como é que se vai organizar?-----

----- O tal arrendamento, a dinamização de uma bolsa de terras, onde é que está a bolsa? --

----- Depois se o próprio Governo nunca conseguiu fazer uma coisa dessas, nem sequer conseguiu fazer o emparcelamento de terras, como é que se vai fazer agora aqui uma bolsa de terras?-----

----- Se a Senhora Vereadora Carla Castelo quiser assumir essa tarefa, eu tenho muito gosto em lhe atribuir essa responsabilidade, só que nessa altura fique com pelouros, mas não venha dizer o que é que nós temos que fazer, não venham propor-nos determinadas tarefas, que sabemos que são absolutamente incapazes de realizar, eu não acredito em nada nesta proposta, esta medida dez para mim é absolutamente irrealista, sinceramente, mas acredito que a Senhora Vereadora Carla Castelo seja capaz, de maneira que, desafio-a a fazê-lo e dou-lhe todos os meios para o fazer, da minha parte, acredite, dou-lhe todos os meios para o fazer e depois quando começar a bater com a cabeça nas paredes, porque não consegue fazer, paciência.-----

-----É fácil vir propor, fazer propostas, agora vocês façam, isto é facílimo, se é fácil a Senhora Vereadora Carla Castelo venha fazer, portanto, eu dou-lhe essa responsabilidade, não tenho nenhum problema e dou-lhe os meios que pedir para o fazer, depois vai ver que a maior parte dos meios, curiosamente, não dependem de nós, dependem do Estado, mas a Senhora Vereadora acha que não, que é má vontade, mas eu desafio-a, sinceramente, a única atitude séria é essa. Eu tenho estas ideias, são ideias extraordinárias, portanto, vamos pô-las em prática, eu até acredito que a Senhora Vereadora vai fazer todos os possíveis para a concretizar, agora não me venha pedir a mim para ser eu a fazer, eu só faço aquilo em que acredito e cumpro as promessas que faço ao meu eleitorado. -----

-----A Senhora Vereadora apresenta esta proposta, que no meu programa eleitoral não consta, mas eu estou disposto a apoiar, aliás, eu aprovo, mas é para a ver a si a fracassar, não é para a ver a ter sucesso, porque não acredito que tenha sucesso numa medida destas, mas o desafio é esse, é demonstrar ao Presidente da Câmara e ao Executivo da Câmara Municipal de Oeiras que é possível fazer mais e melhor, que é possível fazer em situações absolutamente inovadoras, designadamente dinamizar bolsas de terras, produzir sustentavelmente, desenvolver o “cluster” de investigação agrária, portanto, unidades territoriais e área que tenha solos da REN - Reserva Ecológica Nacional. -----

-----E depois há pouco falámos em demagogia e populismo, repare é fácil realmente dizer, proponho isto e aquilo, mas vocês façam. -----

-----Diga assim, eu quero fazer, eu sou capaz de fazer e nós damos os meios necessários.

-----É uma coisa estranha, não sei se reparou, há uns dias toda a gente ficou surpreendida, a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho votou contra uma proposta de uma unidade de execução, a Senhora Vereadora Susana Duarte absteve-se, eu quero-lhe dizer, repito aqui mais uma vez, durante todos estes anos que eu levo desta experiência de Presidente da Câmara, sempre dei pelouros aos Vereadores que os quiseram receber, nunca impus nenhuma condição,



Câmara Municipal
de Oeiras

de maneira que, a Senhora Vereadora Carla Castelo se quiser levar por diante esta medida dez, eu não lhe ponho nenhuma condição, nem a Senhora aceitava, mas eu não estou a ver como é possível alguém da Câmara agarrar-se a isto, uma coisa são as hortas urbanas, fazemos hortas urbanas por todo o lado e continuaremos a fazer, o que está aqui vai muito mais longe e, portanto, agarre-se à enxada e eu dou-lhe todos os meios para isso.”-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte:-----

----- “Eu tenho de dar esta informação, porque a Senhora Vereadora Carla Castelo falou da “Foodlink” e já falámos da “Foodlink” aqui várias vezes e os Serviços estiveram a trabalhar na proposta, eu acabei de receber à precisamente um hora atrás, do arquiteto Baptista Fernandes, a informação sobre a “Foodlink” para podermos preparar a informação para vir à Câmara. -----

----- Os Serviços têm também outros trabalhos e como é óbvio, temos estado a trabalhar nisto, quando estiver em condições virá, já tenho a informação, mas ainda não a li, porque estou em reunião de Câmara, mas nas próximas semanas haverá novidades, pelo menos em relação à adesão à “Foodlink” porque obviamente, o Concelho e até por despacho do próprio Senhor Presidente vai atrair.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “A medida dez é aprovada por mim e julgo pelos Senhores Vereadores também se a Senhora Vereadora Carla assumir a responsabilidade de a levar por diante.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “É só para agradecer à Senhora Vereadora Susana Duarte e com essa adesão, porque acredito se preparar a proposta será aprovada na Câmara e terá certamente o nosso voto favorável, com esse trabalho no âmbito da rede de transição alimentar “Foodlink” acredito que os Serviços e a Senhora Vereadora Susana Duarte conseguirão, no fundo, pôr em prática aquilo que nós estamos aqui a propor, o Senhor Presidente acha uma coisa assim tão fora do normal, outros Municípios estão empenhados em fazê-lo e nós acreditamos que este é um caminho que não

podemos deixar de trilhar, a segurança alimentar é muito importante e termos produtos na proximidade das cidades, por todos os motivos ambientais, sociais, até económicos, porque se temos uma guerra ficamos dependentes de muitos produtos que vêm de muito longe, estamos certamente em maus lençóis, portanto, acredito que este será o primeiro passo e um primeiro passo muito importante para termos estes parques agroalimentares, aliás, se lerem os objetivos “Foodlink” verão que um dos objetivos é precisamente a criação de parques agroalimentares e há muitos outros objetivos, sem dúvida.”-----

-----O **Senhor Presidente** prosseguiu: -----

-----“Se esta medida diz, que aqui está escrito, é um eufemismo de hortas urbanas, tudo bem, as Vereadoras Susana Duarte e Joana Baptista fazem isso tudo, se é mais do que isso só há uma solução, a Senhora Vereadora assumir essa responsabilidade, a não ser que a Vereadora Susana Duarte, se acha que isto que está aqui, é possível, ela própria, no âmbito das suas responsabilidades em levar por diante, eu ficarei muito feliz.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** acrescentou: -----

-----“Aquilo que a “Foodlink” propõe é uma parte daquilo que a Vereadora propõe, porque a Vereadora propõe algo um bocadinho mais além, até porque muito do que os outros Municípios fazem tem aqui muito daquilo que é privado e os privados são uma parte integrante desta comunidade e muitos Municípios, como Loures, são até a maioria desta comunidade, portanto, estamos aqui numa perspetiva em que os privados e o PSD relativamente aos privado, está sempre à vontade, portanto, se eles vierem por bem e quiserem trabalhar connosco será uma mais-valia, agora no Município não há, neste momento, assim tantos privados com essa capacidade, ao contrário do que acontece em Loures e Mafra que abastecem a maioria da zona, contudo, há a possibilidade de melhorar.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** atalhou: -----

-----“Nós podemos atrair privados também para Oeiras, aliás, uma das coisas que eu disse



Câmara Municipal
de Oeiras

logo foi isto não é uma coisa só para o Município fazer sozinho. -----
----- Começamos por saber que terrenos temos.” -----
----- Interrompeu o **Senhor Presidente**: -----
----- “É preciso que alguém faça.” -----
----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** atalhou: -----
----- “E eu estou a propor.” -----
----- Volvendo o **Senhor Presidente**: -----
----- “O problema é este, quem é que politicamente, então tenha coragem e assuma politicamente esta responsabilidade.” -----
----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** atalhou: -----
----- “Já disse que não aceito, isso está perfeitamente explícito, não aceito pelouros nesta Vereação.” -----
----- Continuou o **Senhor Presidente**: -----
----- “Então passemos à proposta seguinte.” -----
----- O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte: -----
----- “Senhor Presidente se me permite, eu tenho um defeito de ser muito pragmático com números e vou citar a Senhora Vereadora Carla Castelo. -----
----- A Holanda não é um bom exemplo, lembra-se? -----
----- Permita-me que lhe explique, a Holanda tem um rendimento, ou um PIP “per capita” de sensivelmente cinquenta e oito mil dólares “mutatis mutandis” cinquenta e oito mil euros. -----
----- Sabem quanto é o PIP “per capita” português? -----
----- Vinte e quatro mil e seiscentos euros. -----
----- Estamos a falar de um País que produz sensivelmente o dobro daquilo que Portugal é capaz de produzir. -----
----- Eu adoro os doces da SEMEAR, a Senhora Vereadora Carla Castelo sabe quanto é

que custa um doce de abóbora da SEMEAR?”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** respondeu o seguinte:-----

-----“Não comi ainda os doces de abóbora da SEMEAR.”-----

-----Atalhou o **Senhor Presidente**:-----

-----“Mas são muito bons”-----

-----Volveu o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Falar de cor é bom, o doce de abóbora da SEMEAR custa seis euros, para quem não sabe, um doce de abóbora de marca própria do Pingo Doce custa um euro e vinte e cinco cêntimos, estamos a falar de seis euros no contexto em que o ordenado mínimo nacional são setecentos euros.-----

-----Vamos brincar aos ricos, a família Espírito Santo dizia que ia para a Comporta brincar aos pobrezinhos, nós estamos a fingir que somos um País rico.-----

-----Quando nos comparamos à Holanda, por alguma razão, a Holanda é racional e mantêm aquilo que a Senhora Vereadora Carla Castelo não gosta, das centrais a carvão que passaram dos trinta e cinco para cem por cento, a Royal Dutch Shell é uma companhia de hidrocarbonetos holandesa que explora petróleo no “offshore” holandês que a Senhora Vereadora também é contra.-----

-----Para ter dinheiro para pagar uma agricultura deste género é preciso produzir e é preciso que o País tenha recursos para isso.-----

-----Nós estamos a falar de um País que não tem recursos para isto, também não pode ser comparado produzir frescos na periferia das grandes cidades onde se abastece de frescos e em circuitos de distribuição curtos, apesar de nós fazermos parte do grupo de ignorantes que não sabem o que é diminuir os circuitos de distribuição alimentar para diminuir a pegada carbónica e os serviços de distribuição associados à mesma não tem nada a ver produzir frescos e produzir alimentos de entrega rápida com o produzir cereais, produzir cereais faz-se em extensão com



Câmara Municipal
de Oeiras

mão-de-obra intensiva ou utilização de máquina intensiva, não há grandes segredos no mundo para isto. -- -----

----- Não é possível produzir na periferia das nossas cidades, a não ser que continuemos a utilizar trabalho escravo do Bangladesh como se faz em Odemira, ou não pagar os ordenados aos timorenses, como fizeram alguns outros empresários portugueses. -----

----- A realidade que Vossas Excelências querem descrever de Portugal não é a realidade portuguesa, nós temos de ter muito cuidado com os próximos anos, Portugal é o oitavo País no mundo com maior percentagem da população em risco de pobreza, no entanto, queremos brincar que somos ricos.-----

----- É claro que, alocar solos que não tenham outra utilização nas periferias das cidades para a produção de alimentos frescos, em todo o lado se faz, mas o Senhor Presidente convidou-a a assumir funções para isso, mas isto tem de ser feito com razoabilidade. -----

----- Não estou a acusar Vossa Excelência de o fazer, não tentando vender sonhos às pessoas como alguns Presidentes de Câmara da AML estão a fazer, que eu não sei como é que vão produzir cereais e quem vai trabalhar nos campos de cereais, mas, naturalmente, Senhora Vereadora Carla Castelo e recuperando a sua expressão com a qual eu discordo, a Holanda não é um bom exemplo.”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Então é assim, se a Senhora Vereadora Carla Castelo quiser desenvolver esta medida estarei à sua disposição para lhe entregar essa responsabilidade. -----

----- Medida onze - Requalificar a Praia de Algés como Água Balnear, em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente - APA e a Administração do Porto de Lisboa - APL, assegurando, para o efeito, a qualidade adequada da sua água para banhos e a descontaminação da Ribeira de Algés, bem como as infraestruturas e serviços necessários, nos termos do artigo segundo, do Decreto-Lei número cento e treze, de dois mil e doze, dando assim também

seguimento a uma proposta vencedora do Orçamento Participativo de dois mil e dezanove. -----

-----Este projeto já está contemplado nas GOP, encontrando-se o mesmo já em elaboração, portanto, já há dois anos que se estava a estudar esta questão. -----

-----Naturalmente que em relação a assegurar para o efeito, a qualidade adequada da água para banhos e a descontaminação da Ribeira de Algés, uma coisa é a descontaminação da Ribeira de Algés outra coisa é assegurar a qualidade adequada da água para banhos, porque isso vem de montante, aquilo que contamina não é a Ribeira de Algés, é o estado do Tejo que à medida que se avança mais para jusante a mistura com as águas do mar melhora, por isso é que a nossa melhor praia é a Praia da Torre, a seguir é a Praia de Santo Amaro, depois é a Praia de Paço de Arcos, depois é a Praia de Caxias e naturalmente que a Praia de Algés e do Dafundo e Cruz Quebrada não têm ainda as condições de qualidade para banhos que as outras têm. -----

-----De todo o modo, está previsto, o projeto está pronto, era para ter arrancado o ano passado, não arrancou por dificuldades de natureza financeira, julgo eu, ou porque houve desentendimento com o Porto de Lisboa, qualquer coisa de género, mas está previsto essa intervenção e eu já vi esse projeto.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte:-----

-----“Peço desculpa, mas o Senhor Presidente vai dizendo aprovada, mas o que eu quero saber é se o que está contemplado nestas GOP, que eu como lhe disse, não li as quinhentas e vinte páginas, é a execução da proposta vencedora do Orçamento Participativo de dois mil e dezanove para a requalificação da Praia de Algés, é isso que está? -----

-----O **Senhor Presidente** respondeu o seguinte:-----

-----“Não faço ideia.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

-----“Então o Senhor Presidente diz que está aprovado, está feito.” -----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Senhora Vereadora Carla Castelo vamos lá ver, o que importa e é isso que interessa é a requalificação da Praia de Algés e abri-la a banhos ou pelo menos às pessoas, é isso que está previsto e o projeto está pronto.-----

----- Portanto, se havia Orçamento Participativo ou não, neste momento vai ser concretizado, e mais, o que está previsto até é Algés e depois será Dafundo e a última a Cruz Quebrada, por isso, há uma ordem para essas coisas.-----

----- Bem-estar animal.-----

----- Medida doze - Bem-estar de gatos em colónias de rua: Campanha de sensibilização da população para uma interação respeitadora com os animais de rua e com quem cuida deles, e de angariação de voluntários/as para capturas e recobro dos animais; criação de melhores instalações de recobro para a esterilização de gatos de Oeiras; e apoio à alimentação das colónias, com pelo menos um saco de ração por mês e deslocações dos/as cuidadores/as.-----

----- Aproveitamos esta oportunidade para incluir nas GOP para dois mil e vinte e três mais quatro medidas, com as quais concordamos, e que, tendo sido apresentadas pelo IN-OV no seu programa eleitoral de dois mil e dezassete, como medidas prioritárias, ainda não foram concretizadas. -----

----- Relativamente ao Bem-estar animal, o Senhor Vereador Nuno Neto pode depois complementar, eu vou ler o que ele diz: -----

----- “O Município de Oeiras conta atualmente com uma rede de colónias de gatos de rua devidamente já referenciadas. -----

----- Todas as colónias certificadas pelo município estão devidamente identificadas com placas sinalizadoras, tendo se procedido à instalação de abrigos naquelas cuja avaliação da unidade de bem-estar animal auscultadas ou cuidadoras certificadas responsáveis assim se justificava. -----

----- As colónias de gatos em Oeiras, há uma estratégia de controlo e monitorização da

população de gatos silvestres apostando o município na sensibilização e divulgação de boas práticas de forma regular através das redes sociais.-----

-----Atendendo á génese voluntária, o espírito cooperante das cuidadoras das cuidadoras de gatos silvestres, o município de Oeiras procedeu à regulamentação, registo e certificação das cuidadoras por forma a estruturar um conjunto de medidas e apoio ao trabalho involuntário destas equipas com a criação da figura da cuidadora certificada de colónias, foi possível controlar a disseminação de comida na via pública, controlar a agregação de novas colónias e apoiar na esterilização e cuidados médicos dos animais silvestres. -----

-----A atividade desenvolvida pelas cuidadoras conta com o apoio dos Serviços Municipais do CAA - Centro de Apoio Animal, para os equipamentos de recolha de animais, esterilização, recobro e cuidados médicos veterinários, portanto, esta proposta visa sugerir que se faça mais, que haja melhores instalações de recobro, que se dê mais ração, etc., mas, de facto, se há área que funciona bem, é esta do Bem Estar Animal.” -----

-----Também não há aqui nenhuma novidade, a Senhora Vereadora Carla Castelo faz bem, está a apresentar algumas propostas que são acolhidas de braços abertos, mas como vê nem precisam de orçamento, porque o orçamento já lá está, estas medidas já são todas consideradas.”

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu o seguinte: -----

-----“Só para acrescentar que estamos a melhorar as instalações de recobro que são disponibilizadas, as cuidadoras asseguram o recobro, a Câmara apoia disponibilizando espaços para isso, estamos a melhorá-los, estamos a melhorar também o parque canino envolvente do Centro de Recolha Animal, disponibilizamos todo o apoio médico veterinário, quer para os gatos recolhidos para esterilização e cuidados médicos, quer nas colónias, estamos a fazer com a introdução dos” chips” de identificação em todos os gatos silvestres, a única medida que aqui não estamos a dar execução, porque não é possível haver controlo, é a distribuição de rações. -----

-----Eu percebo a boa vontade da medida, uma saca não é nada ou é demasiado, em



Câmara Municipal
de Oeiras

função do número de gatos de cada colónia, portanto, não seria sequer justo dar a mesma medida a todas e há uma questão que nós queremos evitar, há muitos anos que se tenta fazer o controlo da reprodução através da esterilização e a distribuição desadequada de alimento ou ração ou fora das zonas de alimentação, pode estragar esse trabalho, consequência gatos descontrolados pela via pública e animais ao frio, à chuva, a reproduzir-se, é isso que queremos evitar, é o fundamento da não distribuição.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Relativamente a esta proposta, talvez a questão da melhoria das instalações de recobro, se me diz que já está a obra a ser executada, excelente. -----

----- Relativamente à aquilo que é a perceção pública que muitas vezes as cuidadoras são mal vistas, enfim, pode haver da parte da Câmara também esta campanha de sensibilização que a Câmara tem de variados meios e gasta bastante dinheiro com a comunicação, vamos chamar assim, poderia realmente fazer uma campanha de sensibilização da população, uma interação com respeito por aquilo que são as cuidadoras e que são as colónias que estão identificadas, as cuidadoras certificadas, etc., portanto, se for possível também fazer mais esse trabalho parece-me positivo.” - -----

----- Intercedeu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Eu estava na ideia que nós eramos totalmente inovadores nessa área.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** referiu o seguinte: -----

----- “As cuidadoras de colónias, como eu digo, são cerca de trezentas, penso que agora já passa, é um trabalho voluntário e há aqui um enquadramento de um trabalho que já era feito muito antes de ser enquadrado, portanto, desde sempre que houve alimentação das colónias na via pública e cada uma tem uma personalidade.-----

----- Há umas quantas cuidadoras, poucas, que querem que as colónias estejam identificadas, a maior parte entende que a identificação das colónias faz perturbar as colónias e

faz chamar a atenção para uma realidade que a maior parte das cuidadoras não quer que seja chamada a atenção, porque a consequência é a destruição das colónias pelas pessoas que não as querem.-----

-----Depois há também uma questão que é a identificação das colónias, nós sabemos que é muito difícil deslocar uma colónia e que elas às vezes estão em zonas que incomodam as pessoas, em cima de habitações, em zonas de parques de estacionamento e também por esse facto, muitas vezes não se quer, são as próprias cuidadoras que não querem a identificação das colónias.-----

-----Quanto à campanha de boas práticas, se acompanhar nas redes sociais Oeiras pelos Animais, verá que há um agradecimento constante ao trabalho importantíssimo que as cuidadoras de rua desempenham, há uma recomendação constante também para o respeito pelas colónias e pelo trabalho das cuidadoras e há um alerta geral para a preservação das colónias.-----

-----As colónias são muito importantes, são pontos de agregação, os animais têm este instituto agregador, funcionam em grupo e só estando em grupo é que nós podemos permitir que eles sejam alimentados corretamente e que haja um controlo da reprodução.-----

-----O problema aqui é que a falha no controlo da reprodução faz nascer muitos mais animais que não é possível depois integrar e continuarão a viver nas ruas, é essa a situação sempre que queremos evitar.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“Continuando mais três ou quatro questões.-----

-----Canal interativo de televisão do Município para transmitir diversos conteúdos, como notícias, ocorrências, eventos, constrangimentos na via pública, obras, alterações a regulamento, Reuniões de Câmara, cerimónias, entre outros. Propomos que se inicie a transmissão das Reuniões Públicas de Câmara a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e três.-----

-----Orçamento Participativo - Reforçar o sistema de orçamento participativo, alargando-



Câmara Municipal
de Oeiras

o a uma base representativa da sociedade, melhorando o atual modelo, tornando-o mais ambicioso e, quando devidamente fundamentado, torná-lo de caráter deliberativo. -----

----- Sugerimos que se comece por implementar os projetos vencedores dos Orçamentos Participativos anteriores que ainda não foram postos em prática. -----

----- Território Conectado e Inteligente. -----

----- Rede de Sensores que disponibilizarão dados em tempo real sobre diferentes áreas: qualidade do ar (CO, CO Dois, NO Dois, O Três, VOCs e Partículas), estacionamento, monitorização remota do nível de ocupação dos contentores de lixo, ambiente (temperatura, humidade, luminosidade e radiação solar, poluição sonora, precipitação, velocidade e direção do vento), dados do trânsito e monitorização de semáforos. -----

----- Tudo isto está em curso. -----

----- Resposta do Senhor Vice-Presidente: -----

----- “A sensorização do espaço público deve ser realizada em articulação com uma estratégia global de governação inteligente da cidade, vulgo “Smart city”. -----

----- No mandato anterior foram desenvolvidos os projetos de criação de duas redes essenciais nesta matéria, uma rede de fibra ótica de gestão municipal e uma Rede LoRa, essencial para a implementação da designação, IoT - “Internet of Things”, Internet das Coisas. -----

----- Estando esses projetos desenvolvidos, há já a proposta inicial para sensorização do espaço público nas múltiplas vertentes, designados de verticais, que se prevê estarem ligados a um centro de comando eletrónico da cidade. -----

----- Neste quadro informa-se também que o DITIC - Departamento de Inovação Tecnologia Informação e Comunicação e o DAQV - Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida, têm realizado trabalho preparatório em conjunto para colocação dos sensores nos depósitos da RSU - Resíduos Sólidos Urbanos, com vista a uma melhor gestão dos círculos de recolha, de modo a obter ganhos de eficiência, quer ao nível financeiro, quer ao nível das emissões.” -----

-----Esta é uma questão que tem vindo a ser nos últimos quatro anos, objeto de grande discussão e de preparação de estudos no sentido de adjudicar o levantamento daquilo que é necessário fazer.-----

-----Relativamente aos orçamentos participativos sugerimos começar por implementar os projetos e reforçar o sistema de orçamento, mas, neste âmbito, os próprios Serviços sempre se têm encarregado de valorizar, de modernizar, de flexibilizar, de desburocratizar tudo o que tem a ver com o orçamento participativo e, naturalmente que aí há sempre uma inspiração de uns Municípios nos outros, não somos uma ilha e aquilo que for necessário os Serviços estarão disponíveis para realmente modernizar e criarem as melhores condições de participação dos cidadãos. -- -----

-----No que diz respeito aos orçamentos participativos anteriores, estão em curso, há uma série deles, ainda há pouco tempo ficou concluído um parque de estacionamento junto às Finanças que era de um orçamento participativo, havia um outro na Quinta do Marquês também era do orçamento participativo, portanto, há uma série de trabalhos que têm sido realizados e que tinham sido aprovados em orçamentos participativos. -----

-----Por exemplo, o abrigo para os gatos também vinha do orçamento participativo e há uma série de abrigos instalados, não sei quantos, mas há já muitos instalados. -----

-----Sobre o canal de televisão, aqui o Senhor Vice-Presidente, não disse nada.-----

-----Mas isso são questões que estavam no meu programa eleitoral, presumo.-----

-----Mobilidade -----

-----Deslocação sustentável - Fomentar a mobilidade pedonal e ciclável, criando percursos sem obstáculos e com continuidade que liguem os locais e permitam a segurança tanto dos peões como dos ciclistas. -----

-----Para esclarecer eventuais dúvidas e ajudar a clarificar a operacionalização destas medidas, estamos disponíveis para discutir estas dezasseis medidas com os/as Vereadores/as com



Câmara Municipal
de Oeiras

os respetivos pelouros, ou com os Serviços camarários competentes, por eles designados para esse efeito, e aguardamos com expectativa a sua incorporação nas GOP Dois mil e vinte e três. --

----- Este problema da mobilidade, tudo isto está em curso, esta medida consta não só nas GOP Dois mil e vinte e três, como tem vindo a constar em GOP de anos anteriores. -----

----- Trata-se de ações que paulatinamente têm vindo a ser implementadas por todo o território.-- -----

----- Para dois mil e vinte e três estão previstas ações referentes à elaboração de projetos, bem como, ações de execuções de obras, por exemplo, a construção da ciclovia da Rua da Fonte que ligará Vila Fria a Leceia. -----

----- Há dias implementaram-se as trotinetes e as bicicletas, quer dizer todos os dias se estão a implementar medidas que visam dar corpo a esta medida. -----

----- Fomentar a mobilidade pedonal e ciclável, criando percursos sem obstáculos e com continuidade que liguem os locais e permitam a segurança tanto dos peões como dos ciclistas, portanto, trabalha-se nisso todos os dias.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte:-----

----- “Vou responder à questão da Senhora Vereadora Carla Castelo, do canal interativo de televisão do Município. -----

----- Há diversos Municípios que já tentaram adquirir ou criar ou constituir televisões próprias, acontece que por mais de uma vez, não sei se o Tribunal de Contas se a ERC, não tenho de cabeça neste momento, já chumbou essas iniciativas. -----

----- Tentámos, já estudamos a matéria e não conseguimos até agora encontrar como podemos fazer no quadro legal existente, quer por razões de concorrência, que são muitas vezes suscitadas. -----

----- Santarém tentou criar um que foi chumbado, Lisboa também tentou criar através do Turismo de Lisboa e também não conseguiu e, portanto, nós estamos sempre na ideia de criar,

mas sabendo que não podemos criar pelo menos um canal linear. -----

-----Há uma ideia, houve uma proposta que foi feita há cerca de um ano de criar um canal no “YouTube”, mas um pouco mais sofisticado, mas falta-nos sempre o enquadramento legal para poder criar em Portugal esta matéria. -----

-----Não deixamos de estudar o assunto, todavia, não temos base, deparamo-nos sempre com alguns constrangimentos jurídico-legais que nos impedem de avançar muito mais do que aquilo que avançámos.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“Eu recordo que estas últimas quatro medidas são medidas que o Senhor Presidente apresentou aos eleitores em dois mil e dezassete e relativamente ao canal interativo de televisão do Município dizia que iriam transmitir diversos conteúdos, nomeadamente reuniões de Câmara.

-----Ora, nós e, aliás, eu logo na primeira reunião deste mandato, creio que no dia vinte de outubro de dois mil e vinte e um, posso estar equivocada com o dia, mas foi em outubro de dois mil e vinte e um, propus precisamente a transmissão das reuniões públicas de Câmara “online”, portanto, mesmo havendo os tais constrangimentos legais de que o Senhor Vice-Presidente falou relativamente à constituição de um canal “online” de televisão, quando se fala de televisão, presumo que seja “online” interativo de “online”, é sempre possível fazer a transmissão das reuniões públicas de televisão, até porque muitas vezes estão a ser transmitidas aqui para os Senhores Dirigentes que não estão presentes na sala, portanto, é muito simples dar essa possibilidade a todos os munícipes de acompanharem aquilo que são as reuniões públicas de Câmara não estando aqui presentes na sala. -----

-----Por isso, volto a insistir nesta questão que é muito simples e o orçamento será bastante reduzido, aliás, temos praticamente aquilo que é preciso para fazer. -----

-----Relativamente ao orçamento participativo diziam em dois mil e dezassete reforçar o sistema do orçamento participativo e eu gostaria de saber então que reforço é que foi esse porque



Câmara Municipal
de Oeiras

em termos de verba não encontrámos, em termos de recursos humanos afetos ao programa também não, e diz que os orçamentos participativos anteriores dos projetos vencedores estão a ser executados, alguns, porque há muitos e nós sabemos que estão variadíssimos que nunca foram executados, desde a ciclovia de Algés até Alfragide, a requalificação da Praia de Algés, pelos vistos vai ser agora, mas já foi também há alguns anos, o Vale da Terrugem também ainda não está executado, enfim, há vários projetos que foram vencedores, um outro projeto em Queijas que foi um projeto de um parque urbano intergeracional, uma ideia excelente que envolveu realmente a população até as crianças se envolveram neste projeto e depois levaram com o balde de água fria que não podem ter o projeto, portanto, há muitos que não foram executados.-----

----- Volto a insistir, estas medidas são quatro medidas que foram propostas por si em dois mil e dezassete.”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte. -----

----- “Ora bem, em relação ao orçamento participativo eu também acho que tem que haver mais, eu vou pedir à doutora Vera Carvalho que prepare uma informação sobre o estado dos diferentes projetos do orçamento participativo. -----

----- Atalhou a **doutora Paula Saraiva**: -----

----- “Preparamos todas as semanas.”-----

----- Voltando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Se é todas as semanas ainda bem, porque está atualizado e menos trabalho dá, de maneira que, eu quero a informação atualizada, se todas as semanas vai para a minha mesa um orçamento participativo fico encantado, porque vai dar menos trabalho é só atualizar uma semana. --- -----

----- Mas os elementos que eu pretendo é, digamos, nos últimos seis anos, todos os projetos que foram aprovados no orçamento participativo, a sua natureza, quais as suas principais

especificidades, em que situações é que se encontra em termos de projeto e termos de obra e, sobretudo aqueles que por razões, digamos, devidamente justificadas, não tiveram avanço nem vão avançar.-----

-----Eu estou-me a lembrar, por exemplo, no Mercado de Linda-a-Velha não avançou, porque era um orçamento teoricamente de trezentos mil euros no máximo e quando nós chegámos aqui à Câmara em dois mil e dezassete já estava num milhão e seiscentos mil euros, portanto, é óbvio que de futuro tem que haver mais rigor nos Serviços da Câmara que apreciam os projetos do orçamento participativo, isto é, eles não podem mesmo ultrapassar, se o projeto ultrapassa o valor estabelecido como máximo, não pode ser aprovado, como tem que haver uma relação, um diálogo entre os Serviços que acompanham a discussão dos projetos do orçamento participativo e a área do Património da Câmara, que é para não aprovar determinado tipo de projeto para um terreno que não pode ser levado esse projeto. -----

-----Eu estou-me a lembrar, por exemplo, em Queijas, se é o que eu estou a pensar, esse tal projeto que a Senhora Vereadora Carla Castelo falou, o parque urbano intergeracional, se é na antiga Fábrica dos Parafusos, é claro que não pode ser.-----

-----Tinham aprovado para lá a Sede dos Escuteiros, não demos andamento à Sede dos Escuteiros, porque é um terreno urbano destinado a equipamento que a Câmara Municipal pode precisar para um equipamento pesado e depois não tem terreno onde fazer, portanto, não vai fazer o dito equipamento intergeracional, porque não sabemos bem o que é, temos de ver, mas eu não sei para onde está previsto, eu não vi esse projeto, mas vou ver. -----

-----Tem que se analisar devidamente os projetos, os terrenos para onde são indicados, porque às vezes podem estar a indicar um terreno e pelo que eu já vi, nem sempre houve rigor necessário, o caso do Mercado de Linda-a-Velha é um bom exemplo, eu não sei qual foi o técnico que acompanhou isso, que com trezentos mil euros o que se fazia era pintar as paredes e manter lá o mercado exatamente como estava.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Ora bem, o Mercado de Linda-a-Velha já não é mercado, já não é nada, tinha lá quatro ou cinco vendedores, aquilo foi-se degradando com o tempo, aliás, a generalidade dos mercados hoje em dia, esses mercados só têm sobrevivência, em todo o lado, em todo o País, através de uma incidência da restauração.-----

----- Há vendedores de hortaliça, vendedores de peixe, até pode ter um talho, pode ter esse tipo de coisas, mas tem que ter uma incidência forte em termos de restauração para animação, caso contrário não sobrevivem.”-----

----- **O doutor Bruno Mouco** esclareceu o seguinte:-----

----- “Só para esclarecer a Senhora Vereadora Carla Castelo, no documento que terá oportunidade de ler, a pedido do Senhor Presidente nas reuniões de GOP que nós temos para discutir, foi-nos solicitado que identificássemos todas as ações que fossem do orçamento participativo, portanto, está lá a designação da ação - orçamento participativo e o ano a que corresponde, portanto, a senhora vereadora quando ler o documento poderá verificar todas as ações.”-----

----- **O Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

----- Com certeza que se o projeto terminar inclui-se a verba necessária, é natural.-----

----- Aliás, como viram na apresentação feita hoje, há sempre dinheiro, por vezes as pessoas falam em dinheiro, aqui nunca há falta de dinheiro, ainda bem que não, viram hoje que a realização de receita pode chegar aos cem por cento, despesa média de setenta e oito, portanto, sobra sempre dinheiro, que é bom sinal, antes sobre do que falte, aliás, é como na comida, quando se serve um almoço.”-----

----- **A Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** fez a seguinte questão:-----

----- “Eu gostava de saber se era possível adiar a votação das propostas, esta e as seguintes do Pacote Fiscal.”-----

----- Respondeu **o Senhor Presidente**:-----

-----“As propostas relativas ao Pacote Fiscal têm que ser votadas hoje, mas a proposta relativa às GOP vai ser adiada, porque só é apresentação.”-----

-----Volveu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**:-----

-----“Então vou pedir que a proposta das GOP seja adiada.”-----

-----Interveio a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“No seguimento da intervenção da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, e como ainda não falámos sobre isso, foi alterada a data de votação das GOP?”-----

-----Respondeu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não, ainda não foi nada alterado, a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho é que me pediu que a votação fosse adiada dois ou três dias, que estava prevista para a próxima segunda-feira, dia vinte e um, às quinze horas, claro que há um calendário a cumprir, mas não vejo problema.”-----

-----Interrompeu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Eu concordo.”-----

-----Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Há reunião na Assembleia Municipal para apresentação das GOP no dia treze de dezembro e a sua votação no dia vinte de dezembro.”-----

-----Sugeriu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Nesse caso proponho que a reunião se realize no dia vinte e oito de novembro, que é segunda-feira.”-----

-----Volveu o **Senhor Presidente**:-----

-----“A Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho pediu a alteração da data da reunião de aprovação desta proposta, que era uma reunião extraordinária no dia vinte e um de novembro, pelas quinze horas e a Senhora Vereadora Carla Castelo sugeriu o dia da reunião extraordinária para aprovação desta proposta para o dia vinte e oito, se estão todos de acordo, fica a reunião



Câmara Municipal
de Oeiras

extraordinária para aprovação desta proposta para o dia vinte e oito de novembro, às quinze horas.” -----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

3 - PROPOSTA Nº. 1019/22 - DPOC - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2022 A LIQUIDAR EM 2023: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Só queria dizer que vemos aqui uma linguagem e os anglicismo do Valley que se estão a entranhar no discurso e nas propostas da Câmara, ao ponto de se chamar aqui taxa a um imposto, quiçá de “tax”, em inglês. Porque logo no início da proposta diz-se que o IMI é uma taxa, sabemos que não é uma taxa, o que proponho é que seja alterada esta frase porque sabemos que se trata de um imposto.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “A tarifa é que é, nós pagamos a água recebemos água, pagamos luz recebemos luz, às vezes disfarça-se, no imposto não há uma relação entre uma coisa e outra. -----

----- O IMI é um imposto, mas o que nós estamos a aplicar é a taxa no sentido de percentagem, também tem que entender isso, é esse o significado, não se está a dizer que o imposto é uma taxa, está-se a dizer “x” pontos percentuais, não é uma taxa de seis por cento, de um por cento, de um vírgula três ou um vírgula dois, é esse o sentido, mas não há nenhum problema, vai-se corrigir.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** frisou o seguinte: -----

----- “Relativamente a esta proposta que fala do IMI e da redução do IMT, o PSD já falou aqui e também está no seu programa eleitoral, que foi sufragado nestas autárquicas, e na reunião do dia catorze de setembro também o disse quando falámos naquela proposta de publicação do início do procedimento/regulamento de concessão de benefícios fiscais, que era a proposta de

isenção de IMT para os jovens até aos trinta e cinco anos, que adquiram a primeira habitação própria permanente. -----

-----Tendo em conta que nesta deliberação de hoje não inclui esta proposta do PSD e que tem vindo a defender não só neste Município, mas também em Municípios vizinhos, como seja Lisboa, onde já incluíram esta proposta para dois mil e vinte e três, abarcando aqui apenas a redução do IMT para a reabilitação, com o que concordamos, tal como a redução do IMI, contudo, falta-nos aqui o passo seguinte, o que fará com que o PSD se abstenha nesta deliberação.”-----

-----O **Senhor Presidente** aludiu:-----

-----“Estamos a falar de IMI e a Senhora Vereadora está a falar de IMT.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** observou:-----

-----“A proposta também tem as duas coisas, apesar de no título da proposta não estar designado o IMT, ele vem na proposta, não vem é com a sigla.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse: -----

-----“O que estamos a discutir é o IMI, se a Senhora Vereadora quer falar sobre o IMT eu também quero falar, mas não é na proposta do IMI.” -----

-----A **doutora Paula Saraiva** argumentou: -----

-----“Estamos a discutir as duas coisas.” -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** alegou:-----

-----“O problema é que na proposta final quando se fala no ponto cinco, domínio do apoio da reabilitação urbana, falamos no ponto cinco ponto um de IMI, no ponto cinco ponto dois de IMT, no ponto cinco ponto três de IMT e depois voltamos a falar de IMT, a proposta em si tem uma parte de IMT para as reduções na reabilitação urbana, por isso é que levantei a questão se não pode ser também incluído mais este ponto um cinco ponto quatro.” -----

-----O **doutor Bruno Moco** explicou:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Na proposta de deliberação relativa ao IMI nós lançamos a taxa de IMI, a taxa do imposto anual, mas depois temos a parte das isenções e das minorações e nas minorações tem IMI e IMT porque são as duas em conjunto.”-----

----- O **Senhor Presidente** leu o que consta na proposta: -----

----- “Ponto b: “...Conceder isenção total do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição...” , todos os anos fazemos isto.-----

----- Ponto c “:..Conceder isenção total do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão onerosa subsequente à intervenção de reabilitação a afetar a arrendamento para habitação permanente ou habitação própria...”-----

----- A Senhora Vereadora o que é que propõe em relação a isto? -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse:-----

----- “Era acrescentar um ponto “d” onde isentávamos de IMT os jovens com idade inferior a trinta e cinco anos para aquisição de habitação própria permanente.”-----

----- O **Senhor Presidente** volveu o seguinte: -----

----- “Além de ser cópia miserável do que a Câmara Municipal de Lisboa está a fazer, os neoliberais de Lisboa que estão a conceder isenção de IMT a ricos, porque não são os jovens que têm duzentos e cinquenta mil euros para comprar um apartamento, eu rejeito liminarmente essa proposta.-- -----

----- Agora, estou de acordo se propusermos a isenção de IMT para transações de jovens até cento e oitenta mil euros, porque quem tem dinheiro para pagar mais de cento e oitenta mil euros por uma casa já não é pobre, nem é jovem. -----

----- O que Lisboa está a fazer é mais uma vez naquela linha de considerar que não é necessário construir casas para pobres, que resolvem o problema através do mercado privado

baixando impostos, neste caso o IMT, e que com isso resolvem o problema da habitação, vou utilizar uma expressão que a Senhora Vereadora Carla Castelo não gosta, pelos vistos, isto é demagogia, neste caso da Câmara de Lisboa e do Presidente da Câmara de Lisboa, porque é óbvio, que não são jovens necessitados que comprem prédios, eles isentam acima dos duzentos e cinquenta mil euros, isto é para ricos.-----

-----Ainda bem que a Senhora Vereadora falou nisso porque nós podemos tomar aqui uma medida que é isentar ao contrário, não é acima dos duzentos e cinquenta mil euros, é isentar até duzentos mil euros ou cento e oitenta mil, Lisboa é o contrário, é acima dos duzentos e cinquenta mil euros, é muito, nós podemos ir até aos cento e setenta, cento e oitenta, mas duzentos e cinquenta mil é para ricos, porque hoje quem tem duzentos e cinquenta mil euros para dar por uma casa não é pobre e se os tem também pode pagar o IMT.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse:-----

-----“Se eu tiver dois filhos, doar duzentos e cinquenta a cada um e cada um deles comprar um apartamento, fica isento de IMT?”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Se estiverem de acordo eu aceito cento e setenta mil euros, acho que é um valor razoável.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu.-----

-----“Vou voltar ao mesmo, se eu tiver um filho de vinte e poucos anos, se lhe fizer uma doação de cento e oitenta mil euros e ele comprar um apartamento, eu estou a isentar IMT, porquê?”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não, isso é diferente, tem que se ter regras.”-----

-----Atalhando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Tem que ter capitais próprios ou recurso a crédito bancário, hipotecário do próprio,



Câmara Municipal
de Oeiras

porque não é muito difícil eu comprar um apartamento para cada um dos meus filhos e eles arrendarem.” -----

----- Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Com capitais próprios ou recurso ao crédito, não pode ser é a pronto de pagamento, porque o pai lhe pagou o apartamento.” -----

----- Referindo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Se me permitir Senhor Presidente os Serviços arranjam uma terminologia até aos cento e setenta ou cento e oitenta mil euros com esta envolvência.” -----

----- A **doutora Paula Saraiva** acrescentou:-----

----- “Tem que ser com capitais próprios ou crédito hipotecário em nome do próprio com o rendimento dele.” -----

----- O **Senhor Presidente** aludiu: -----

----- “Vamos à demagogia, eu não sei se não estamos a alinhar no mesmo, eu não estou bem convencido desta medida e vou dizer porquê, há coisas que às vezes têm que ser bem ponderadas.-----

----- Na verdade, onde é que há casas a cento e sessenta ou a cento e setenta mil euros em Oeiras?-----

----- Não há, em Oeiras é muito difícil, se quisermos há três segmentos à procura de casa.

----- Há as famílias pobres e essas indiscutivelmente só a Câmara é que lhes pode valer, que são pobres e que precisam de casa.-----

----- Na realidade as pessoas pobres é através da renda apoiada, nós temos à volta de duzentas e setenta famílias, havendo alguns desdobramentos que vão fazer aumentar essa situação, mas esses desdobramentos muitos vezes são compensados pelas famílias que ficam isoladas ou que morrem, há casas que ficam vagas. -----

----- O parque habitacional vai permitindo e até nos permite realojar pessoas ou famílias

que não estão no parque habitacional e que recebem casa pela primeira vez e isto é bom. -----

-----Depois há as famílias da classe média baixa que vão beneficiar da renda acessível, no nosso caso temos como extra a habitação jovem, que não deixa de ser renda acessível, é nessa área que se insere, porque um jovem que não tenha no mínimo duzentos euros não pode concorrer à habitação jovem, tem que ter o mínimo de rendimento. -----

-----Depois há a habitação privada, o segmento privado, que são os promotores privados que satisfazem essas necessidades e são casas que estando com o valor de duzentos mil euros para cima já é difícil o comum dos portugueses chegarem a esse valor, com quarenta e quatro por cento de pobres é difícil, como é que essas pessoas têm dinheiro para comprar casa? -----

-----Não têm. -----

-----Há aqui alguma demagogia em dizer que nós vamos isentar de IMT a aquisição de casas para jovens, vamos ver quantas casas é que vão comprar. -----

-----Tenho algumas dúvidas sobre esta medida, mas não me custa aprová-la para ver o que é que dá, ver quantos jovens é que concorrem a isto, porque é preciso que existam casas no mercado dentro desse preço. -----

-----Aqueles que comprarem casas de duzentos ou duzentos e cinquenta mil euros, como no caso de Lisboa também não precisam de ser grandes casas, elas são caras e já não é qualquer bolsa que tem duzentos mil euros para pagar uma casa, já é preciso ter um rendimento superior a mil e quinhentos ou dois mil euros por mês, é difícil que quem tenha um rendimento inferior a dois mil euros por mês adquirir uma casa de duzentos mil euros, mas podemos tentar.”-----

-----Interveio a **Senhora Vereadora Susana Duarte**:-----

-----“Eu quero agradecer a inclusão desta proposta, dar nota que o objetivo não é ser superior aos duzentos e cinquenta mil euros, porque isso não faz sentido.-----

-----Agradecemos o contributo do Senhor Vice-Presidente que compõe a proposta, porque o objetivo não é que sejam outras pessoas a pagar, mas sim o próprio jovem. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Posso falar em nome próprio, porque passei pelo processo e acabei por alugar, também as minhas condições financeiras eram diferentes. Na altura o custo do crédito e sendo que se pede a um jovem vinte por cento de entrada, também depende do valor que se está a pedir, mas quando falamos de valores na ordem dos duzentos mil euros, não estamos a falar de grandes casas, estamos a falar de T Um com o mercado atual, para um jovem, vinte por cento, invalida muitas vezes a compra e optam pelo mesmo que eu, pelo arrendamento. -----

----- Eu tive a sorte, no mercado de arrendamento, de encontrar uma renda que hoje é quase considerada como renda acessível, mas muita gente não tem essa sorte e, com rendas de mil euros, esta é uma hipótese de ajudarmos os jovens, para além de tudo o que a Câmara já faz e que valorizamos, acho que isto podia ser um incremento e, na verdade, não vai ser uma medida que, de repente, estejam cinquenta mil jovens abrangidos, óbvio que não.” -----

----- Seguidamente, esclareceu o **doutor Bruno Mouco**: -----

----- “Alerto que foi aprovada nesta Câmara a proposta de regulamento para benefícios fiscais, a qual já se encontra em consulta pública. Essa isenção não está lá prevista, temos esse problema técnico.” -----

----- Interrompeu o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Não passa na parametrização da Autoridade Tributária sem regulamento aprovado.”

----- Volveu o **doutor Bruno Mouco**: -----

----- “Esse é um constrangimento que nesta altura temos, porque não temos essa isenção prevista. No próximo ano, se for vontade de incluir teremos que fazer uma adenda ao regulamento.” -----

----- Questionou o **Senhor Presidente**: -----

----- “Portanto, para aprovarmos esta isenção é preciso um regulamento?” -----

----- Respondeu o **doutor Bruno Mouco**: -----

----- “O regulamento já está em consulta pública, mas a tipificação para esta isenção não

está lá contemplada.”-----

-----Volveu o **Senhor Presidente:**-----

-----“Se está em discussão pública, façamos como a CCDR, vai à Câmara à discussão pública e faz a sugestão.”-----

-----Atalhou o **doutor Bruno Mouco:**-----

-----“Nós temos que aprovar o regulamento ainda este ano.”-----

-----Prosseguiu o **Senhor Presidente:**-----

-----“A discussão pública é para alguma coisa, é alguém ir à discussão pública e propor essa medida e na aprovação do regulamento, a Câmara aceita essa sugestão.”-----

-----Comentou o **Senhor Vice-Presidente:**-----

-----“Para quem só neste mandato é Vereador, isto são os constrangimentos que nós encaramos com a Autoridade Tributária. Apesar da lei permitir, o que é que tem que ser feito?---

-----Tem que ser previsto em sede de regulamento, porque a parametrização da Autoridade Tributária não permite incorporar este tipo de benefícios fiscais sem regulamento, o que vai dificultando a atribuição de benefícios fiscais e vai aumentando a receita fiscal do Estado.” ---

-----Frisou a **doutora Paula Saraiva:**-----

-----“Ou seja, para o ano já não é possível as outras todas, estamos a prejudicar as outras todas por esta medida, porque agora o regulamento vai para trás.”-----

-----Esclareceu o **doutor Bruno Mouco:**-----

-----“Não, se na discussão pública surgir uma proposta, nós temos que preparar o articulado em conformidade para depois ser aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal. Eu chamo a atenção é que convém ir à Câmara ainda este ano para podermos carregar no portal da Autoridade Tributária, sob prejuízo de não isentarmos ninguém.”-----

-----Indicou a **Senhora Vereadora Susana Duarte:**-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Então neste caso o PSD vai participar na audiência pública e já é possível fazer esse articulado, não tem problema.” -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente**:-----

----- “Aprovamos até aos cento e oitenta mil euros, mas é como lhes digo, isto é uma política neoliberal essencialmente, porque os pobres não compram casa e, portanto, isto vai favorecer pessoas que já têm até um estatuto razoável. Quem precisa mais de casa neste momento são os jovens da classe média, mas há muita gente pobre que precisa de casa.-----

----- Já agora, como sabem, o IMI está no mínimo, embora veja jornais, como anteontem no Sol, a dizer que as Câmaras de Cascais e de Lisboa iam isentar de IMI, anunciam uma série de medidas que em Oeiras já são tradição há vários anos.-----

----- Isto faz-me lembrar que há uns tempos houve um senhor que introduziu as ilhas ecológicas num Concelho perto de Resende e a notícia no jornal era “intervenção pioneira na área do ambiente: primeiro Município com ilhas ecológicas” e depois explicava o que eram as ilhas ecológicas, aqui em Oeiras já as temos há uns trinta anos.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal para deliberação, nos termos do artigo vigésimo quinto, número um, alínea d), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo centésimo décimo segundo e centésimo décimo segundo-A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:-----

----- A manutenção da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em zero vírgula oito por cento para prédios rústicos e zero vírgula trinta por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para o ano de dois

mil e vinte e dois, a liquidar em dois mil e vinte e três, conforme alíneas a) e c), do número um, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);---

-----Fixar uma redução de vinte por cento da taxa de IMI aplicável para prédios urbanos arrendados para habitação, nos termos do número sete, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI, desde que a renda mensal não ultrapasse os seguintes valores: -----

-----T Zero e T Um - quatrocentos euros; -----

-----T Dois - setecentos e cinquenta euros; -----

-----T Três - novecentos euros; -----

-----T Quatro e superior - mil e duzentos euros. -----

-----Fixar uma redução de cinquenta por cento da taxa de IMI que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n), do número um, do artigo quadragésimo quarto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

-----Fixar uma redução de vinte e cinco por cento da taxa de IMI aos prédios urbanos com eficiência energética, nos termos do disposto nos números um e dois, do artigo quadragésimo quarto-B, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

-----Aplicar a dedução fixa de Imposto Municipal sobre Imóveis atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário a trinta e um de dezembro, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo centésimo décimo segundo-A, do código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

-----Majoração em trinta por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no número oito, do artigo centésimo décimo segundo, do



Câmara Municipal
de Oeiras

CIMI;-----

----- No que se refere aos prédios urbanos devolutos ou em ruínas, é nossa intenção futuramente desencadear os procedimentos e diligências necessários à aplicação da majoração prevista na alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI;-----

----- No domínio do apoio à reabilitação urbana, aplicar as seguintes medidas, que densificam os conceitos do Estatuto dos Benefícios Fiscais: -----

----- a) Conceder isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente, conforme alínea a), do número dois e número seis, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- b) Conceder isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição, conforme alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; ----

----- c) Conceder isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis na primeira transmissão onerosa subsequente à intervenção de reabilitação a afetar a arrendamento para habitação permanente ou habitação própria e permanente, quando localizado em área de reabilitação urbana, conforme alínea c), do número dois, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

----- Conceder isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis a jovens até aos trinta e cinco anos, na aquisição de imóveis destinados à habitação própria e permanente, em que o valor de aquisição seja até cento e oitenta mil euros e que sejam adquiridos com recurso a capitais próprios do adquirente ou aoi crédito à habitação. -----

-----Comunicar à Autoridade Tributária Aduaneira a deliberação da Assembleia Municipal, até trinta e um de dezembro, nos termos do número catorze, do artigo centésimo décimo segundo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei número quarenta e um, de dois mil e dezasseis, de um de agosto. -----

4 - PROPOSTA Nº. 1020/22 - DPOC - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2023:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

-----“O PSD em dois mil e vinte e um absteve-se desta proposta pelos mesmos motivos que agora se volta a abster, aqui com um acréscimo, sentimos que esta diminuição da participação variável do IRS, pelo que os Serviços nos vão dizendo, não tem vindo a afetar significativamente a receita corrente do Município. -----

-----A segunda questão é que, no ano de dois mil e vinte e três, o cenário agrava-se num período em que as famílias portuguesas têm uma carga fiscal excessiva num quadro de inflação galopante e preocupante, julgamos que seria o momento ideal do Município devolver um pouco mais de IRS aos munícipes, por isso, o PSD abstêm-se nesta proposta de deliberação.” -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte: -----

-----“O Partido Socialista, quer, relativamente a esta proposta de deliberação, quer à proposta anterior que votámos favoravelmente, manter aquilo que tem sido o seu sentido de voto na medida em que vai de encontro àquilo que tem sido também o que preconizamos relativamente aos impostos, portanto, votamos favoravelmente.”-----

-----O **Senhor Presidente** afirmou o seguinte:-----

-----“Eu tenho que fazer a intervenção que faço sempre nesta matéria. -----

-----Eu tenho que fazer, porque as pessoas têm que se lembrar. -----

-----A Amadora recebe à volta de trinta milhões de euros de Fundo Geral Municipal,



Câmara Municipal
de Oeiras

Sintra recebe quarenta e tal milhões de euros de Fundo Geral Municipal, Oeiras recebe zero, Oeiras, Cascais e Lisboa recebem zero do Fundo Geral Municipal, são os únicos três Municípios.

----- Isto porquê?-----

----- Porque a Lei das Finanças Locais, que foi uma troca do engenheiro António Guterres com a Associação Nacional de Municípios, a Associação Nacional de Municípios concordava com a Lei das Expropriações e o Governo concordava com uma nova Lei das Finanças Locais e isso foi um negócio entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo e foi aprovado no tempo do engenheiro António Guterres.-----

----- Então o que é que aconteceu?-----

----- Porque é que Oeiras, Cascais e Lisboa não têm Fundo Geral Municipal?-----

----- Porque o cálculo de atribuição do Fundo Geral Municipal foi em função do IRS de cada Município, quanto mais baixo é o IRS maior é o Fundo Geral Municipal.-----

----- A maior parte dos Municípios deste País, diga-se a verdade, a sua principal fonte de receita é o Fundo Geral Municipal, é daí que lhes vem o dinheiro para pagar salários, etc..-----

----- Portanto, os Municípios cujo o IRS é mais ao menos correspondente ao Fundo Geral Municipal, esse foi anulado, ficam sem Fundo Geral Municipal e podem cobrar os cinco por cento de IRS.-----

----- É claro que, devia depois haver um acerto, suponhamos que, a Amadora recebe trinta e tal milhões de euros do Fundo Geral Municipal, mas também recebe IRS, e o IRS que recebe é por exemplo metade do que nós recebemos, catorze ou quinze milhões de euros, mas depois recebe mais vinte milhões de euros do Fundo Geral Municipal, dá trinta e tal milhões de euros, a soma dos dois é superior ao IRS que nós cobramos, portanto, isto são os efeitos perversos da lei, que na altura não seria assim.-----

----- Mas a verdade é que, hoje Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, no caso de Sintra, Amadora, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, são altamente beneficiados com isto,

portanto, é natural que os Municípios que têm Fundo Geral Municipal que prescindam do IRS, até porque em muitos casos, há Municípios por esse País fora que prescindem dos cinco por cento, isentam dos cinco por cento, porque no contexto podem reduzir esses cinco por cento.-----

-----No caso de Oeiras, é uma receita fundamental, que foi trocada pelo Fundo Geral Municipal, isto foi uma atitude inteligente do Governo da época e que se mantem, que é esta, sacamos o dinheiro aos Municípios, quem ganha com isto é o Governo, seja ele qual for, porque saca à Câmara Municipal de Oeiras quarenta ou cinquenta milhões de euros e o Município de Oeiras se quiser agora alguma compensação que aplique os cinco por cento de IRS, se aplicar os cinco por cento, aproxima-se daquilo que receberia em Fundo Geral Municipal, se não aplicar os cinco por cento, vai perder dinheiro.-----

-----O Governo pode dizer, os Municípios podem baixar o IRS. Obviamente que há alguns que baixam três ou quatro, acho que Lisboa vai baixar os cinco por cento, mas Lisboa pode baixar, porque só de IMT, Lisboa é um mundo, portanto, um Município que tem mais de mil milhões de orçamento, obviamente que se pode dar ao luxo de baixar o IRS, mas quer dizer, a história do IRS, nas receitas da Câmara é esta, Oeiras ficou com o IRS, mas perdeu o Fundo Geral Municipal, portanto, se nós fossemos agora isentar o IRS de tal forma que nos diminua abaixo do que tínhamos de Fundo Geral Municipal, obviamente que seria má gestão nossa.-----

-----Naturalmente que os Vereadores socialistas têm uma simpatia especial por este imposto, portanto, estão sempre disponíveis para baixar o IRS, porque nesse aspeto é dono da verdade, cada um faz o seu papel.-----

-----O Partido Socialista defende sempre, quanto mais se baixar o IRS melhor, é considerado pelos socialistas como uma benesse que o Governo do Guterres deu aos Municípios.

-----Os Vereadores do PSD fazem o mesmo, ainda hoje, qualquer medida do Passos Coelho, eles acham que é uma medida extraordinária, mesmo que seja a lixar os Municípios, mesmo que seja a entrar no nosso orçamento.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Ora bem, como eu acabei de falar, foi uma substituição. -----

----- Por exemplo poderá ser para Lisboa, para Cascais não, porque em IRS recebe menos do que nós.”-----

----- Atalhou a **Doutora Paula Saraiva**.-----

----- “Mas tem uma taxa mais alta.” -----

----- Voltando o **Senhor Presidente**. -----

----- “Não é relevante, mais zero três por cento, eles são cinco por cento e nós somos quatro sete, não é relevante, o problema é que eles têm outras receitas. -----

----- Na Derrama também têm menos do que nós, mas têm o IMT, o IMT é uma coisa extraordinária, que tem a ver com o valor das casas.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção das Senhoras Vereadoras Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento na participação do Município de Oeiras, no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e três, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções. ---

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, artigo vigésimo sexto-A. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo vigésimo quinto, número um, alínea c) e artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc). -----

----- Código do Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares número um, do artigo septuagésimo oitavo. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“O PSD em dois mil e vinte e um, absteve-se nesta proposta que conforme já explicado a esta Câmara, temos assistido até dois mil e vinte e um a uma redução gradual que não afetar a receita do Município, ou seja, esta diminuição da participação variável do IRS não tem afetado significativamente a receita corrente do Município. -----

-----Contudo, no ano de dois mil e vinte e três, este cenário agrava-se, num período em que as famílias portuguesas têm uma carga fiscal excessiva e um quadro de inflação preocupante, julgamos que seria o momento ideal para o Município devolver mais IRS aos munícipes, assim o PSD irá abster-se nesta deliberação.” -----

-----IV - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Tal como em dois mil e vinte e um, abtemo-nos, porque nada mudou. Consideramos que as políticas regressivas em termos fiscais não contribuem para a equidade social.” -----

5 - PROPOSTA Nº. 1021/22 - DPOC - LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2022 A SER COBRADA EM 2023: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a manutenção da Derrama à taxa de um vírgula quatro por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município de Oeiras referente ao ano de dois mil e vinte e dois, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros. -----

-----A isenção da Derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros. -----

-----Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, no



Câmara Municipal
de Oeiras

que respeita ao número dois e ao número três, do artigo décimo sexto, ao artigo décimo sétimo, ao número um, do artigo décimo oitavo, aos artigos número vinte e dois e número vinte e três e alínea d), do número um, do artigo vigésimo quinto. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, no que respeita à alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro.-----

6 - PROPOSTA Nº. 1022/22 - DPOC - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras face à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano dois mil e vinte e três. -----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos da Lei número cinco, de dois mil e quatro, de dez de fevereiro, por força do artigo centésimo sexto, número três, alíneas a) e b). -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro.

7 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA:-----

----- Sob proposta verbal do **Senhor Presidente**, a Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, marcar uma reunião extraordinária

para o próximo dia vinte e oito de novembro, pelas quinze horas, com a seguinte ordem de trabalhos:-- -----

-----Proposta número mil e dezoito, de dois mil e vinte e dois - DPOC - Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e três - Orçamento Municipal - Mapa e Orçamento de Pessoal para dois mil e vinte e três.-----

-----Considerar desde já convocados para o efeito os Senhores Vereadores, bem como proceder à elaboração do respetivo Edital.-----

8 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às dezanove horas, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,



(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,



Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
2022.12.05 18:38:11 Z

(Vera Carvalho)